



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

REGINA MARCIA BROLESI DE SOUZA

SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO TRABALHO
EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS:
Um estudo com feirantes do Largo da Ordem de Curitiba-PR.

Florianópolis
2009

REGINA MARCIA BROLESI DE SOUZA

SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO TRABALHO
EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS:
Um estudo com feirantes do Largo da Ordem de Curitiba-PR.

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Psicologia, ao Programa de Pós Graduação em Psicologia, Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suzana da Rosa Tolfo.

Florianópolis
2009

REGINA MARCIA BROLESI DE SOUZA

SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO TRABALHO
EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS:
Um estudo com feirantes do Largo da Ordem de Curitiba-PR.

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 04 de Agosto de 2009.

Prof^a. Dr^a. Suzana da Rosa Tolfo (Orientadora)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^a. Dr^a. Aline dos Santos Laner
Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)

Prof. Dr. José Carlos Zanelli
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Maria Chalfin Coutinho
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Narbal Silva
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof Dr. Sigmar Malvezzi
Universidade de São Paulo (USP)

*Dedico este trabalho à minha família, Luiz, Mayara,
Natália, minha razão de viver!!!*

AGRADECIMENTOS

- Agradeço a Deus pela minha vida e força para lutar sempre.
- Ao meu esposo Luiz e minhas filhas Mayara e Natália, por estarem comigo em todos os momentos, pela compreensão e amor incondicional.
- Aos meus pais Adhemar (*in memoriam*) e Laura a quem devo minha vida e princípios para viver com ética, respeito, amor e dedicação. Aos meus irmãos Marcos, Margarete e Márcio, pelo incentivo e companheirismo.
- A minha orientadora Suzana pela paciência e sabedoria na condução desse processo, do qual resultou essa produção e crescimento profissional e pessoal.
- Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, pela dedicação, sabedoria e conhecimentos compartilhados durante as aulas, especialmente José Carlos Zanelli e Narbal Silva. Também não poderia deixar de agradecer aos Professores da linha 2, Prof. Silvio Paulo Botomé, Olga Mitsue Kubo e José Gonçalves Medeiros.
- Agradeço aos meus colegas de turma, em especial Andresa Darosci Silva e Patrícia Tossi, pelo carinho, confiança, apoio e companheirismo.
- Aos meus colegas do Departamento de Psicologia Social da UEL, especialmente, Alexandre, Aurora, Cristiane, Cristina Matias, João Batista, Marilícia, Rosely, Rosângela e Sebastião por terem me apoiado e concedido minha licença, sem a qual não teria sido possível frequentar as aulas com dedicação exclusiva.
- Agradeço aos meus cunhados Joel e Maria Fernanda por terem sido avalistas no processo de licença PICD/UEL.
- Aos feirantes do Largo da Ordem, que carinhosamente compartilharam comigo suas experiências de vida, e possibilitaram a realização desse estudo.
- À amiga Ligia, pela dedicação e paciência na correção desse trabalho.
- A todas as pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra, para a realização desta pesquisa, minha gratidão.

"A feira é um lugar cheio de sons, cores, odores, movimentos, e, marcado fortemente pelas intensas relações sociais".

(MASCARENHAS, 2005).

RESUMO

A reestruturação produtiva e a flexibilização do trabalho decorrentes da globalização, resultaram na diminuição dos postos de trabalho, na precarização do trabalho, e conseqüentemente, isso se reflete nos significados atribuídos a esse trabalho. Os significados do trabalho como estratégias de enfrentamento dessa situação, surgem diversas formas organizativas de trabalho, como por exemplo, as feiras. Assim, essa pesquisa teve por objetivo caracterizar os significados que os feirantes atribuem ao seu trabalho em condições precárias. O método teve um embasamento etnográfico, por meio de observações do cotidiano do trabalho da Feira do Largo da Ordem em Curitiba-PR, na qual os fatos e relatos informais eram registrados nos diários de campo. Foram aplicados protocolos para levantamento do perfil sócio-econômico junto a todos os feirantes proprietários das barracas e trabalhadores subcontratados, pertencentes ao setor de alimentação e artesanato; e realizadas 31 entrevistas semi-estruturadas com alguns informantes identificados como chave dos dois setores e das duas categorias de trabalhadores. A coleta e análise dos dados tiveram como eixo central as categorias de análise decorrentes dos estudos sobre os significados do trabalho desenvolvidos pelo Grupo MOW (1987): centralidade do trabalho, crenças normativas do trabalho, valores laborais relacionados aos resultados ideais (metas) do trabalho e às preferências laborais; e as categorias referentes às condições precárias do trabalho do feirante: perfil sócio-econômico dos participantes; a trajetória histórica e os produtos que compõem a feira do largo da ordem; a organização e as condições de trabalho, tais como: ritmo, carga de trabalho, condições climáticas, controle/autonomia, segurança, estrutura física, materiais ou ferramentas de trabalho (tecnologia transporte de mercadorias); e os aspectos ligados à informalidade e precarização do trabalho. Por meio da análise dos resultados foi possível conhecer as condições de trabalho dos feirantes, que é caracterizada por relações de trabalho informais em diferentes graus e precária em várias dimensões, como: contratual, espaço-temporal, social e de bem-estar. Constatou-se também que os valores familiares permeiam as relações de trabalho, pois esse é um trabalho que, comumente, envolve várias pessoas da família. Em relação aos significados do trabalho para os feirantes, tal como nas pesquisas do MOW, verificou-se que no que se refere à centralidade do trabalho em relação a outras esferas da vida; o trabalho ocupa o segundo lugar, após a família. A centralidade do trabalho ocorre de forma instrumental, ou seja, está ligada à busca de sobrevivência e da manutenção do bem-estar da família. Por fim, destaca-se que o trabalho é constituído por uma rede de significados e de relacionamentos que tornam esse ambiente de trabalho rico em experiências, que é de grande relevância para estudos científicos especialmente os da Psicologia.

Palavras chave: Significado do trabalho, trabalho precário, informalidade, feirantes.

ABSTRACT

The productive rebuilding and the work flexibility demanded by globalization brought less work places, unemployment and a precarious way of and consequently, that is reflected in the meanings attributed to that work. The meanings of the work, strategies to face this situation appear as several organized ways of work, I eat the fairs for instance. Within this context, the aim of this research was to point out the meanings that the street merchants assign to their precarious condition work. The method had an ethnographic embasement in observations of the were made about the daily work in the Largo da Ordem Fair in Curitiba – PR, and the central axis are the analysis categories coming from the studies about the work meanings developed by MOW Group (1987): work central way, normative beliefs of work, labor values related to the ideal results (goals) and labor preferences and the categories related to the street merchant work precarious conditions: the participants' socioeconomic profile; the historical path and the products that compose the fair of the square of the order; the organization and the work conditions, such as: rhythm, work load, climatic conditions, control/autonomy, safety, structures physics, materials or work tools (technology transport of goods); and the linked aspects to the informality and precarious of the work. A protocol was also applied to find out the social-economic profile of the street merchants who are: stands owners and their employees who belong to food and handmade sectors. Some interviews were made part-structured with informers identified as the key: the owners and their employees. It was possible to know the street merchant work conditions through the analisis of the results which are characterized by informal working relations in different levels (owners and employees). The work conditions are precarious under many ways: labor agreement, time, social and well-being. It was also verified that the family values include the work relations because the whole family is involved. As to the work meanings to the street merchants, according to the MOW researches about the value preference order, it was found out that work comes in second place after family, in what she refers to the centrality of the work in relation to other spheres of the life; the work occupies the second place, after the family. Finally, he stands out that the work is constituted by a net of meanings and of relationships that turn that it adapts of rich work in experiences, that it is especially of great relevance for scientific studies the one of the Psychology.

Key-words: Work meaning, precarious work, informal way, street merchants

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama de distribuição da mão-de-obra.....	57
Figura 2 - Modelo de investigação adaptado do MOW (1987).....	77
Figura 3 - Mapa de localização da Feira do Largo da Ordem	90
Figura 4 - Ciclo da Pesquisa Etnográfica	95
Figura 5 – Fases do processo de observação na pesquisa etnográfica	97

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 e 2 - Fotografias aéreas da Feira do Largo da Ordem - Setor Histórico de Curitiba-PR.....	105
Fotografias 3, 4, 5, 6, 7 e 8 - Produtos comercializados na Feira Largo da Ordem.	108
Fotografias 9, 10 e 11 - Diferentes modos de se vestir no trabalho da feira.	110
Fotografias 12 e 13 - Trabalho em família na feira.....	125
Fotografias 14, 15, 16 e 17 - Formas de organização do trabalho - exemplos criativos de decoração das barracas.....	129
Fotografias 18 e 19 - Condições de trabalho na Feira Largo da Ordem	132
Fotografia 20 - Presença do cartão de crédito	133
Fotografias 21 e 22 - Preparo de produtos alimentícios no local da feira.....	133
Fotografias 23 e 24 - Feirantes fazendo seus artesanatos em casa e na feira.....	140
Fotografias 25 e 26 - Condições físicas de alguns veículos dos feirantes	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo	111
Gráfico 2 - Faixa etária.....	114
Gráfico 3 - Escolaridade.....	116
Gráfico 4 - Estado civil	117
Gráfico 5 - Número de filhos	118
Gráfico 6 - Pessoas da família que trabalham na família.....	119
Gráfico 7 - Número de pessoas da família que trabalham na feira	119
Gráfico 8 - Tempo na atividade de feirante	121
Gráfico 9 - Setor de atuação na feira	121
Gráfico 10 - Média dos rendimentos mensais (salários mínimos).....	122
Gráfico 11- Feirantes que possuem outro trabalho.....	147
Gráfico 12 - Relacionada ao tipo de trabalho além da feira	147
Gráfico 13 - Feirantes que trabalham em outras feiras.....	148
Gráfico 14 - Significados atribuídos ao trabalho pelos feirantes	152
Gráfico 15 - Grau de importância das diferentes áreas da vida dos trabalhadores.	157
Gráfico 16 - Nomenclaturas dadas às suas funções pelos feirantes.....	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Funções positivas do emprego na cultura do trabalho.....	35
Quadro 2 - Categorias de análise utilizadas por diversos autores para estudar o significado e os sentidos do trabalho	73
Quadro 3 - Caracterização dos participantes das entrevistas semi-estruturadas	91
Quadro 4 - Categorias de análise para a coleta e análise dos dados	100
Quadro 5 - Caracterização da Organização do trabalho do feirante	135
Quadro 6 - Signos que representam o significado do trabalho para os feirantes subcontratados e proprietários.....	170

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo e Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRESKO	<i>Institut Recherche sur les Sociétés Contemporaines</i>
MOW	<i>Meaning of Working - International Research Team</i>
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO	20
2.1 O CONCEITO DO TRABALHO	20
2.2 TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO “MUNDO DO TRABALHO”	30
2.2.1 Flexibilização e Precarização do Trabalho	40
3 AS FEIRAS COMO LOCAIS DE TRABALHO	52
4 SIGNIFICADO DO TRABALHO	60
4.1 O MODELO DE INVESTIGAÇÃO DO MOW (<i>Meaning of Working</i>)	74
5 MÉTODO	89
5.1 LOCAL	89
5.2 PARTICIPANTES	90
5.3 PROCEDIMENTOS	92
6 TRABALHO PRECÁRIO E OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO TRABALHO PELOS FEIRANTES DO LARGO DA ORDEM	104
6.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA E PRODUTOS DA FEIRA DO LARGO DA ORDEM	104
6.2 DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DOS FEIRANTES DO LARGO DA ORDEM	111
6.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E A PRECARIZAÇÃO	128
6.4 OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO PRODUZIDOS NA FEIRA LARGO DA ORDEM	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	179
APÊNDICES	194
APÊNDICE A – Protocolo Perfil Socio-Econômico dos Feirantes	195

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista	196
APÊNDICE C - Termo de Livre Consentimento do Comitê de Ética da UFSC	199
APÊNDICE D – Diário de Campo	201
ANEXOS	202
ANEXO A – Aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da UFSC	203
ANEXO B – Modelo de Alvará para trabalhadores autônomos da Secretaria de Turismo de Curitiba – PR.....	205
ANEXO C - Regimento da Feira do Largo da Ordem	206

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é uma das principais categorias por meio do qual o homem interage no seu meio social e no seu tempo, seja pelo fato de ser um meio de sobrevivência, seja pelo tempo da vida a ele dedicado, seja pelo fato de ser um meio de realização profissional e pessoal. Em função disso, em casos de desemprego as pessoas são afetadas de diversas formas, como a falta de sentido de vida, perda de pontos de referência espaço-temporal, distanciamento cultural, isolamento social, problemas familiares e adoecimento mental e físico, etc. Então, embora tenham outras teses que foram defendidas por alguns sociólogos no final do século XX, proclamando o fim do trabalho e de sua centralidade, nessa pesquisa partiu-se do pressuposto de que o trabalho ocupa um lugar central na vida de quem o realiza, é por meio dele que o ser humano organiza sua vida, seus horários e suas atividades, e até mesmo seus relacionamentos são influenciados pelo trabalho. Ao se estudar o universo do trabalho, essa compreensão é fundamental no sentido em que na relação com seu trabalho o indivíduo constrói uma rede de significados que permeiam suas ações dentro e fora do ambiente laboral.

Na perspectiva psicológica, o trabalho está relacionado à auto-estima, à realização, é elemento importante para a constituição da identidade do trabalhador, e possui importante função perante a sociedade. A pessoa, muitas vezes, é vista conforme o papel que ocupa na organização, seu local de trabalho e o poder que detém, ou seja, ter um trabalho ajuda as pessoas a dizer a si mesmas e aos outros quem elas são. O trabalho, portanto, é uma referência fundamental para o indivíduo, influenciando decisivamente não apenas na construção de sua identidade individual e profissional, como também em sua forma de inserção no meio social. Na sua relação com o trabalho o indivíduo constrói uma rede de significados que influenciam a centralidade das outras esferas de sua vida, seus relacionamentos, modos de ser, e conseqüentemente, nos resultados alcançados no trabalho. Nesse sentido, as pesquisas no campo os significados do trabalho são de grande relevância social e científica, especialmente para a psicologia.

Ao adentrar “o mundo do trabalho” na Feira do Largo da Ordem, buscou-se compreender esse universo e as diversas organizações do trabalho, os diferentes graus de informalidade e precarização presentes nesse trabalho, as diferenças entre

o trabalho dos feirantes proprietários do trabalho e os subcontratados, o trabalho no setor de alimentação e de artesanato, e, como problemática principal, responder a seguinte setença-tese: quais os significados atribuídos pelos feirantes ao trabalho em condições precárias?

Ao se estudar o mundo do trabalho é possível identificar transformações ocorridas nos últimos anos, a começar pela inovação tecnológica, a reestruturação produtiva, a diminuição da oferta de empregos, a precarização das relações de trabalho, as altas exigências por competências decorrentes dos modelos de gestão e as novas formas organizativas, e com isso surgiram muitas incertezas. É perceptível que desde a última década do século XX até os dias atuais, ocorreram mudanças no âmbito do trabalho, trazendo grandes consequências para a vida dos trabalhadores.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2009) em seu relatório sobre as Tendências Mundiais do Emprego, a atual crise econômica mundial poderá produzir um aumento considerável no número de pessoas que aumentarão as filas de desempregados, trabalhadores pobres e trabalhadores com empregos vulneráveis. Tal situação não é recente, pois segundo Mattoso (1999), na década de 1990 ocorreu no Brasil uma redução de postos de trabalho formal de 3,3 milhões de empregos, muitos em decorrência do avanço da tecnologia. Foi também um período em que 2/3 da população economicamente ativa estava alocada no trabalho formal, e 1/3 já pertencia ao trabalho informal e precarizado. Paralelamente a isso, as estatísticas da OIT (2009) também demonstram que um milhão e meio de jovens ingressam no mercado de trabalho anualmente, o que, em uma década, implica 15 milhões de novos postos de trabalho que deveriam estar disponíveis, e isso não ocorre, aumentando o número de desempregados ou subempregados. De acordo com Cacciamalli (2002) entre 1996 e 2001, cerca de 16 milhões de brasileiros perderam os direitos decorrentes de uma ocupação estável, resultando em um quadro em que o subemprego e a precarização do trabalho é visível sob o ponto de vista contratual e de condições de trabalho, levando esses trabalhadores a uma situação de vulnerabilidade e fragilidade, pois não possuem nenhum tipo de garantia futura. O conceito de precarização do trabalho refere-se ao aumento do caráter precário das relações de trabalho pela ampliação do trabalho assalariado sem carteira profissional e do trabalho independente (por conta própria). O trabalho precário é identificado pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda

fixa e em tempo parcial e pela ausência de contribuição da Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria (MATTOSO, 1999).

O trabalho do feirante está inserido nesse contexto do trabalho informal e precarizado, pois os trabalhadores não possuem contrato formal de trabalho, não têm nenhuma garantia de segurança social (aposentadoria, férias e FGTS). Destaca-se que as relações de trabalho da Feira do Largo da Ordem de Curitiba-Pr é composto por vários graus de informalidade e precarização, pois a maioria dos feirantes proprietários das barracas possui Alvará de Licença da Prefeitura, mas não contribuem para a Previdência Social, e há os trabalhadores subcontratados que esses proprietários contratam de maneira informal. Destaca-se que esse trabalho, em geral, é uma alternativa para o período de desemprego, e surge como uma fonte de renda, que inclui não apenas o fator econômico, como também, as redes sociais formadas.

Nesse espaço, há várias formas de organização de trabalho nas quais os trabalhadores nela inseridos produzem significados para suas vidas como sujeitos do trabalho, ao mesmo tempo em que sobrevivem às condições precárias de trabalho, produzem diferentes significados para esse trabalhar. A literatura pesquisada demonstrou a relevância da realização de novos estudos sobre os significados e sentidos do trabalho, uma vez que, é um campo vasto e ainda necessita de maior precisão conceitual. Verificou-se também, que há poucas pesquisas sobre o trabalho na feira, e esse é um campo bastante rico e com muitas lacunas para estudos sobre os fenômenos da Psicologia. De acordo com Cattani e Holzmann (2006, p. 7) “a situação laboral e as relações sociais estruturadas na atividade produtiva, formam uma espécie de “cimento social”, constituindo elementos definidores de boa parte do sentido da vida das pessoas”. Esses autores destacam que se faz necessário e prioritário desenvolver pesquisas e reflexões a cerca das transformações ocorridas nesse universo e as diversas organizações do trabalho que surgiram, nas últimas décadas. Então, considerando-se a importância de uma ampla reflexão acerca das diversas formas de ocupação, e, tendo em vista o forte crescimento desse mercado informal, o trabalho do feirante torna-se um objeto de estudo relevante, a fim de se conhecer a situação do trabalho sob condições informais de contratualidade, os significados atribuídos ao trabalho, as condições de trabalho, trajetórias profissionais, organização do trabalho, etc.

Com base nessa problemática o objetivo geral dessa pesquisa foi

caracterizar os significados que os feirantes atribuem ao seu trabalho em condições precárias, especificamente os feirantes do Largo da Ordem da cidade de Curitiba-PR. Os objetivos específicos foram: analisar com base na literatura as diferentes concepções acerca dos conceitos de significados e sentidos do trabalho e precarização; caracterizar a organização do trabalho do feirante, suas condições e seus graus de informalidade e precarização. Destaca-se, que no que diz respeito aos conceitos de significado e sentidos do trabalho, verificou-se na literatura pesquisada certa confusão na utilização desses conceitos, e que muitas vezes, esses são tratados como sinônimos, ressaltando a necessidade de pesquisas nesse campo.

Em relação ao método, foi uma pesquisa empírica, qualitativa e com enfoque etnográfico, sobre os significados do trabalho, desenvolvida junto aos feirantes da Feira do Largo da Ordem de Curitiba-Pr, pertencentes aos setores de artesanato e alimentação. As informações foram coletadas por meio de observações diretas do cotidiano do trabalho, conversas informais, protocolo de dados sócio-demográficos, entrevistas semi-estruturadas, fotografias e registros nos diários de campo. A pesquisa envolveu dois fenômenos: as condições precárias do trabalho informal e os significados atribuídos ao trabalho pelos feirantes. A natureza dos fenômenos envolvidos nessa pesquisa influenciou na escolha da abordagem qualitativa por se tratar de um conjunto de procedimentos que permite apreender a complexidade dos fenômenos em estudo por meio de uma observação mais ampla do trabalho, além da participação mais direta do observador no processo.

2 CONFIGURAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

2.1 O CONCEITO DO TRABALHO

A noção de trabalho se constrói a partir de um conjunto de configurações históricas, sociais, psicológicas e políticas específicas que não são as mesmas em todo o tempo e espaço. Na argumentação de Gondar (1989) não é possível discutir o trabalho sem pensá-lo como um fenômeno histórico, produto de transformações decorrentes de diferentes práticas e contextos.

Autores que estudam o trabalho com base na sociedade contemporânea (CLOT, 2007; CIAMPA, 1996, CODO, 1997, JACQUES, 1997, dentre outros) afirmam que o trabalho é um elemento estruturante da vida do indivíduo, pois é por meio do trabalho que o indivíduo se reconhece como sujeito de sua história, constrói sua identidade, organiza sua vida em termos de horários, rotinas, tempo e espaço, e também define suas relações sociais e familiares. O trabalho passa a ser reconhecido como uma atividade central que ocupa de forma quase total o espaço de vida, na medida em que absorve a maior parte do tempo do indivíduo e em que é criado um espaço social para lhe dar o suporte necessário. Jacques (1997, p. 43-44) afirma que “a identidade de trabalhador se constitui precocemente pela identificação com modelos adultos (membros próximos da família) e/ou pela inserção concreta no mundo do trabalho”. A autora também ressalta que o ingresso no mundo concreto do trabalho confere ao trabalhador um valor social, refletindo o “imaginário coletivo de valorização moral ao ser trabalhador”. Na concepção dessa autora, o trabalho permite ao trabalhador desenvolver comportamentos como seriedade, obediência e disciplina, que são esperados no ambiente de trabalho, podem ser agregados à identidade de trabalhador e incorporadas ao eu (JACQUES, 1997). Corroborando com essa autora, Codo (1997, p. 26) afirma que “o trabalho é uma atividade humana por excelência”, e que, tal qual o modo como o homem transmite significado à natureza, a identidade se estabelece por meio de significados.

Os estudos de significados do trabalho tem sido um marco teórico nos estudos da psicologia desde os anos 1980, por ser um dos elementos psicossociais do trabalho que possibilita compreender a percepção que a pessoa tem do seu trabalho. Adotou-se nessa pesquisa, o conceito de significado do trabalho utilizado

pelos pesquisadores do Grupo MOW, o significado do trabalho consiste em um conjunto de variáveis psicológicas e sociológicas relacionadas com o significado e o valor que o trabalho tem na vida das pessoas (VILELA, 2003).

Morin (2001) argumenta que um trabalho com sentido é aquele que permite ao trabalhador exercer sua autonomia, e se ver como sujeito de sua ação, elemento chave para a construção de sua identidade. Dessa forma, para que haja a construção de um ambiente laboral produtivo e saudável, faz-se necessário compreender as interfaces psicossociais da organização do trabalho, os significados atribuídos a esse trabalhar, propósito dessa pesquisa com os feirantes do Largo da Ordem de Curitiba.

No Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Ferreira (2005, p. 1695) define trabalho como “a aplicação da atividade física ou intelectual; serviço; esforço; fadiga; ação ou resultado da ação de uma força; labutação; esmero; inquietação; exercício; obra feita ou em via de execução; exercício de uma atividade como ocupação, ofício, profissão”. Essa definição ainda traz consigo alguns vestígios da origem do termo, na qual trabalho vem do latim e significa “*tripalium*”, relativo a um instrumento de suplício aplicado aos escravos que se recusassem a trabalhar, portanto relacionado a castigo. Posteriormente, foi modificado para “*tripalliare*” (ainda em latim), que significava torturar os escravos para que trabalhassem.

Na Idade Média, em Francês, “*travail*” nomeava o aparelho utilizado para conter os animais enquanto operavam engrenagens, e muitas vezes, o significado de trabalho até hoje é associado a fardo e sacrifício. Na Grécia Antiga, o trabalho era desprezado pelos cidadãos livres, e Platão considerava o exercício das profissões vil e degradante. Nos primeiros tempos do cristianismo, o trabalho era visto como tarefa penosa e humilhante, como punição para o pecado, pois ao ser condenado, Adão teve por expiação trabalhar para ganhar o pão com o suor do seu próprio rosto (SOUZA, 2001). Coda e Fonseca (2004) corroboram com essa idéia, e afirmam que o uso do termo trabalho na linguagem cotidiana brasileira está ligado às tradições filosóficas, culturais e religiosas de origem cristã, na qual o trabalho é visto como um castigo, algo necessário para redimir os pecados, e que ainda hoje, influencia na forma como as pessoas lidam com o trabalho.

Na perspectiva de Max Weber (1990) a relação histórica do trabalho com a Igreja Protestante é analisada conforme a ética calvinista, na qual os humanos devem servir a Deus mediante um “trabalho zeloso”, e face ao sucesso econômico

do trabalho, torna-se evidente a escolha dos eleitos por parte de Deus. Para Weber, o ditado popular “o trabalho enobrece o homem” ressalta a capacidade que tem o trabalho de engrandecer o indivíduo em muitos de seus mais pronunciados valores. Pois, além de prover as condições materiais de subsistência, o trabalho contemplaria também a dignidade do trabalhador e se converteria numa verdadeira e orgulhosa dádiva por ele desfrutada, uma dádiva que transforma a natureza e gera riquezas – ainda que estas riquezas sejam por vezes desfrutadas por outrem. Ao estudar as diferentes concepções de trabalho, Laner (2005, p. 79) corrobora com essa análise ao afirmar que “a concepção humanista de Max Weber, considera o trabalho, sobretudo como um direito-dever moral da pessoa e o qual a sociedade deve valorizar como tal”, em que o trabalho assume uma função finalística para o homem e para a sociedade.

Vale ressaltar que essa função finalística do trabalho relaciona-se ao conceito de divisão social do trabalho apresentada por Marx (1985) de que, por um lado há a divisão social do trabalho, entendida como o sistema complexo de todas as formas úteis diferentes de trabalho que são levadas a cabo, independentemente, uma das outras por produtores privados, ou seja, no caso do capitalismo, uma divisão do trabalho que se dá na troca entre capitalistas individuais e independentes que competem uns com os outros. E por outro lado, existe a divisão do trabalho entre os trabalhadores, cada um dos quais executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do trabalhador coletivo. Nessa lógica, pode-se perceber que a divisão social do trabalho divide a sociedade entre ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção.

A contribuição da concepção de Max Weber para a lógica capitalista é que essa desenvolveu uma atitude menos negativa da concepção do trabalho na sociedade - trabalho enquanto colaboração à Deus, mas, nem por isso, menos determinista e segregacionista, porque legítima, perversa e perigosamente, as diferenças sociais a partir de uma eleição divina. Cabe destacar o conceito de fato social de Durkheim (citado por WEBER, 1990) é definido como tudo regras jurídicas, morais, dogmas religiosos, sistemas financeiros, maneiras de agir, costumes, etc., enfim, todo um conjunto de “coisas”, exteriores ao indivíduo e aplicáveis a toda a

sociedade, que são capazes de condicionar ou até determinar suas ações; sendo esta “coisa” dotada de existência própria, ou seja, independente de manifestações individuais.

O trabalho, na visão marxista, pressupõe uma atividade exclusivamente humana, é “a atividade orientada a um fim para produzir valor-de-uso, ou seja, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 1985, p. 202). Para esse autor, o processo de trabalho é a atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, cuja finalidade é o atendimento às necessidades humanas úteis e necessárias à condição natural da vida humana. Assim, o trabalho o homem defronta-se com a natureza como uma de suas forças, põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.

Em “Os manuscritos econômicos e filosóficos”, Marx (1984) identifica a dimensão que o trabalho assumiu para a maioria dos homens na sociedade capitalista. O trabalho tornou-se alienado, a partir do momento em que “não se constitui para a satisfação de uma necessidade, mas apenas como um meio de satisfazer outras necessidades” (MARX, 1984, p. 162). A alienação do trabalhador em sua vida produtiva se reflete nas suas relações sociais com os outros homens e com a sociedade em geral, e o conceito fundamental para a compreensão do homem em sua relação concreta de vida, é a liberdade. Mas, a fragmentação decorrente da divisão do trabalho coloca o trabalhador em desvantagem, tornando-o impotente diante das relações de produção capitalista. Nesse processo, ocorre o desdobramento do processo produtivo, no qual o trabalhador tem que produzir mercadorias e a si mesmo, enquanto mercadoria (MARX, 1985). No entanto, ao mesmo tempo em que o trabalho é alienado, Marx afirma que “o trabalho é a chave para a compreensão do homem que necessita cotidianamente realizá-lo para poder viver”, a reprodução de sua vida material é assegurada pelo trabalho (MARX, 1985, p. 9).

O modo de produção capitalista desenvolveu um mecanismo de separação entre os trabalhadores e as condições para a realização do trabalho, ou seja, separou radicalmente os trabalhadores dos meios de produção. E, é no processo de produção que o capital se expande e se valoriza, sendo que na

mercadoria se expressam os valores de uso e de troca. Na perspectiva marxista, o valor-de-uso, representa a utilidade que o bem proporciona à pessoa que o possui; e o valor-de-troca depende da quantidade de trabalho despendida e a quantidade de trabalho socialmente necessário para se produzir determinada mercadoria. Para esse autor, enquanto que na mercadoria “o valor-de-uso é apenas um objeto com propriedades determinadas”, é na força de trabalho, que o indivíduo atua produtivamente e ocorre a “transformação das coisas” (MARX, 1984, p. 164). Entende-se por força de trabalho, a capacidade física e mental dos trabalhadores, que se manifesta na produção orientada para um fim determinado, é uma condição subjetiva da produção, sem a qual não há valorização do capital.

Marx argumenta ainda, que na sociedade capitalista o trabalho é visto como mercadoria e possui duplo caráter: o trabalho concreto e o trabalho abstrato. O trabalho concreto é relativo ao caráter útil do trabalho, o trabalho produzido, que cria coisas necessárias para a sociedade, pois o trabalho concreto corresponde à utilidade da mercadoria (valor de uso), à dimensão qualitativa dos diversos trabalhos úteis. E o trabalho abstrato corresponde ao valor de troca da mercadoria, ou seja, o trabalho abstrato é o sentido genérico do trabalho, enquanto dispêndio da força produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada, perdendo as formas de trabalho concreto, já citados, no que concerne ao sentido do trabalho e sua visão ontológica (MARX, 1984).

Aproximando-se da visão marxista, para a perspectiva taylorista/fordista, o trabalho é concebido com base em tempos e movimentos, nos quais predominam a ênfase no método científico do trabalho, destacando os movimentos necessários à execução de uma tarefa e o tempo médio dispensado para a execução (SOUZA, 2001). O taylorismo, então, se constitui em uma estratégia patronal de gestão/organização do processo de trabalho, com ênfase no controle e na disciplina fabris, na resistência e na intensificação da produção, uma vez que elimina a autonomia dos produtores e o tempo ocioso, tendo em vista assegurar o aumento da produção. Nessa perspectiva, o homem é visto como “homem boi”; é pago para produzir e não para pensar; há os que produzem e os que pensam e mandam. O taylorismo transformou o trabalho em atividade fragmentada, repetitiva, monótona e desprovida de sentido, em que o trabalhador perde sua autonomia, sua capacidade de usar a criatividade e se aliena do conteúdo do esforço produtivo (CATTANI e HOLZMANN, 2006).

A partir do Renascimento superou-se essa visão e foi constituída a concepção de trabalho como fonte de identidade e auto-realização humana. De acordo com Albornoz (1994, p. 12) “o trabalho tem um significado ativo e desejado para realização de objetivos, onde até mesmo o objetivo realizado passa a ser chamado trabalho.” Dessa forma, o trabalho se torna uma das categorias capazes de distinguir o ser humano dos animais, na qual o homem teria a possibilidade de interrompê-lo no momento em que decidisse, ou seja, de forma intencional, pois não está vinculado aos seus instintos, mas a sua liberdade de ação. O trabalho adquiriu então, um significado intrínseco, “as razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer de suas conseqüências” (ALBORNOS, 1994, p. 59). Dessa forma, a partir dessa época, outra visão passou a vigorar concebendo o trabalho não mais como uma ocupação servil, mas como algo que propicia também o desenvolvimento humano. Também para teóricos da Psicologia que estudam identidade, o trabalho constitui-se em atividade principal no processo de constituição identitária dos sujeitos, o que torna ‘a articulação identidade e trabalho indispensável’ (JACQUES, 2002).

Nessa direção, na fundamentação filosófico-sociológica de Antunes (1995) do conceito de trabalho está incluída a dimensão ontológica¹ do ser, que possibilita uma visão ampliada da existência humana e situa o trabalho além da esfera econômica. Antunes (1995, p. 123), afirma que “ontologicamente, o conceito de trabalho conduz ao processo de humanização do homem em seu sentido amplo, ou seja, a transformação interior do homem consiste em atingir um controle sobre si mesmo, em busca da autonomia”. Segundo ele, por meio da autonomia o homem se reconhece como sujeito de seu trabalho e esse passa a fazer sentido. Morin (2001) corrobora com essa idéia ao afirmar que a autonomia é elemento importante para que um trabalho faça sentido ao trabalhador.

Antunes toma por base Lukács (1981, p. 44-45) que define “trabalho como o momento fundante da realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem”. Essa definição se aproxima da concepção de trabalho de Marx já apresentada anteriormente, de que o trabalho é elemento-chave

¹ A ontologia é termo recente na filosofia, é do século XVII [...] designando o estudo da questão mais geral da metafísica, a do “ser enquanto ser”, independente das suas determinações particulares e naquilo que constitui sua inteligibilidade própria”(JAPIASSU;MARCONDES, 1993, p. 184).

de humanização do ser social. No entanto, para Lukács (1981) o trabalho é concebido como categoria fundante do ser social; entretanto, para fins analíticos e diferentemente de Marx, ele o decompõe o trabalho em dois momentos: objetivação e alienação, embora no ato real esses momentos sejam inseparáveis. Esse mesmo autor destaca ainda, o sentido positivo da exteriorização como possibilidade humana de criação de objetos sociais, antes inexistentes na natureza. Contudo, nem todas as objetivações humanas desempenham papel positivo no desenvolvimento da personalidade e, em determinadas situações históricas, apresentam-se como verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Isso remete à afirmação de Antunes (1995) de que o trabalho, por um lado, leva ao crescimento e ao desenvolvimento da pessoa como um ser criativo, sujeito de sua ação, algo que lhe proporciona plenitude e satisfação. Por outro lado, na maioria das vezes, a realidade econômica da sociedade capitalista viabiliza situações de espoliações, alienação e sofrimento. Sobre este aspecto, se relaciona à Marx (1985), para quem o trabalho é o elemento-chave da humanização do ser social, no entanto, para Antunes, tal qual Lukács, o trabalho na sociedade capitalista, é degradado, estranhado e alienado, e, em vez de ser meio de realização de homens e mulheres, se transforma em meio de subsistência.

Na formulação de Dejours (1997, p. 43), trabalho pode ser definido como “atividade coordenada útil” [...], “realizada pelos homens e mulheres para fazer face ao que, numa tarefa utilitária, não pode ser obtido estritamente pela execução da organização prescrita”. Esta definição leva em conta, o real do trabalho², entendido por esse autor, como aquilo que na tarefa não pode ser obtido pela execução daquilo que é prescrito pela organização do trabalho de maneira rigorosa. O real, portanto, não é da competência do conhecimento, mas o que está para além do domínio de validade do conhecimento e do “*know-how*” atuais. Dejours (1997, p. 40), define a dimensão real do trabalho como “o que, no mundo, se ressalta pela sua resistência ao controle técnico e ao conhecimento científico”, e se apresenta como um convite constante ao trabalho de investigação e descoberta do saber tácito. O

² O real deve, por conseguinte, conceitualmente ser distinguido da realidade. A realidade é “o caráter daquilo que não se constitui tão somente um conceito”, mas um estado de coisas. A dificuldade lexical vem que o adjetivo que corresponde à realidade é também: real. O que se designa por real aqui não é o caráter real de um estado de coisas - sua realidade - mas o real como substantivo. O real é a parte da realidade que se opõe à simbolização. (DEJOURS, 1997, p. 40).

real pode se apreendido em primeiro lugar sob forma da experiência na acepção de experiência vivida.

O trabalho, na perspectiva dejouriana, desempenha um papel importante para a vida do indivíduo, uma vez que, este não é só um modo de ganhar a própria vida, mas é também um status social, que está associado a uma roupa específica, um vocabulário particular. É um lugar, uma fábrica, um canteiro de obras, um escritório, uma barraca na rua, onde se pode estar isolado ou integrado a uma equipe; convivendo com ocupantes de uma hierarquia, em um clima solidário ou de conflitos. O trabalho representa parte da vida de uma pessoa, pois é na relação com o trabalho que o indivíduo constrói parte de sua existência humana (SOUZA, 2001).

Na mesma direção, Terssac (1995) compartilha da visão dejouriana ao afirmar que o trabalho é uma ação coletiva finalística (para um determinado fim), 'organizada' porque ela se situa num contexto estruturado por regras, convenções, culturas. Trata-se também, de uma ação 'organizadora', na qual o trabalhador reinventa (se possível for) a organização do trabalho, por meio de sua criatividade, preenchendo as lacunas da organização prescrita do trabalho. Para o autor, é preciso que o trabalhador possa ter esse espaço para recriar a organização do trabalho, e tornar-se sujeito de seu trabalho. De modo consoante, Teiger (1992), também se apóia em tais pressupostos ao afirmar que o trabalho é uma atividade finalística, realizada de modo individual ou coletivo numa temporalidade dada, por um homem ou uma mulher singular, situada num contexto particular que estabelece as exigências imediatas da situação.

No conjunto destes conceitos verifica-se que a variabilidade de aspectos mencionados pelos autores citados (por exemplo, contexto, objetivo, organização do trabalho) verifica-se a ênfase em dimensões que se complementam e levam à reflexão de que a construção do conceito de trabalho é de natureza complexa e interdisciplinar. Quer dizer, a delimitação do conceito de trabalho implica em considerar os conhecimentos de diversas disciplinas como: sociologia, psicologia, filosofia, economia, administração, engenharia, ergonomia, etc. (DEJOURS, 2006).

Um ponto de grande polêmica e relevância destacado por Dejours (2006) diz respeito à concepção de trabalho, que é o debate da centralidade do trabalho. Segundo o autor, com as mudanças das condições objetivas da estrutura econômica e suas conseqüências na organização social contemporânea, alguns autores como Gorz (1987) e Offe (1989) promovem um intenso debate, desde os anos de 1980,

sobre a persistência e a adequação da concepção da centralidade do trabalho na sociedade. O núcleo da questão teórica pode ser identificado no questionamento: o trabalho seria uma categoria antropológica ou ontológica constituinte da conformação do ser humano ou uma categoria histórica que estaria desvanecendo? Isso remete a questão já apresentada, de que o trabalho é um fato social, tem conotação coercitiva, de obrigatoriedade e é regido por padrões morais de que o trabalho dignifica o homem.

Alguns autores (GORZ, 1987; OFFE, 1989, RIFKIN, 1995) defendem a perda da importância do trabalho e de sua centralidade no conjunto das relações sociais. Gorz (1987) o precursor dessa tese, vê como fato positivo o fim inexorável do trabalho resultante da revolução tecnológica, que ocorreu em função da crise econômica mundial e levou a uma reestruturação da sociedade salarial. Para Gorz (1987, p. 96), com a diminuição dos postos de trabalho, a antiga classe operária vai sendo crescentemente substituída por um novo proletariado, uma "não-classe de não-trabalhadores", formada por todos aqueles "expulsos" do mercado de trabalho, desempregados, trabalhadores temporários ou mesmo trabalhadores em tempo parcial. Para essa classe de trabalhadores o emprego é sempre "acidental e provisório e todo trabalho uma forma contingente". A partir dessas novas condições, o tempo de trabalho não poderá ser mais a medida do valor econômico, ou seja, o trabalho vivo no sentido marxista do termo deixa de ser a medida de valor e assim, não mais ocuparia um lugar central na nova sociabilidade, uma vez que, a automação prescinde de trabalhadores (GORZ, 1987).

Acompanhando a mesma tendência de Gorz, Habermas (1987), também identificou a existência de uma "implosão" da noção de trabalho concreto associado a emprego, indicando a importância de se estudar os diferentes tipos de trabalho, incluindo o trabalho doméstico, o trabalho informal e o desemprego. Deste modo, o trabalho não se constituiria mais em uma categoria explicativa dominante associada ao emprego fordista. Como Habermas, Kurz (1997) também apresenta uma análise da dimensão concreta do trabalho em relação à centralidade, ao afirmar que nos moldes do capitalismo o trabalho refere-se a algo negativo, um sinônimo da perda da liberdade e da identidade humana. Esses autores analisam as formas de alienação do homem perante a natureza, pois a autonomia e a expressão do trabalhador ficam subtraídas na sua relação com o trabalho, e isso leva ao sofrimento constante do indivíduo.

O ceticismo epistemológico referente à centralidade do trabalho não é hegemônico, e em contraponto às concepções apresentadas anteriormente, para diversos autores (CASTEL, 1998; ANTUNES, 1999; BLANCH-RIBAS, 2003, 2006, dentre outros) a categoria trabalho é entendida como fundamental para a problematização e compreensão da sociedade capitalista. Tanto para Castel (1998) quanto para Antunes (1999), o trabalho é uma referência não só econômica, mas também, psicológica, cultural e simbolicamente dominante. O trabalhador por sua vez, quando em situação de desemprego, perde sua referência como ator social de uma sociedade que valoriza quem está na cadeia produtiva. Os defensores da persistência da centralidade do trabalho – como categoria ontológica – reconhecem o “peso” das mudanças no mundo contemporâneo, porém circunscreve a crise do trabalho à tendência de diminuição da importância do trabalho industrial típico, presente no período anterior do capitalismo e apontam para o surgimento de uma nova estrutura ocupacional. Porém, em geral, recusam a afirmação do fim do trabalho como categoria explicativa dominante, na medida em que o trabalho continuaria exercendo papel fundamental no conjunto das relações sociais (ANTUNES, 2000). Ao contrário dos teóricos que proclamam o fim do trabalho, o autor reafirma a centralidade do trabalho quando afirma que “o trabalho não está extinto e nem pode ser extinto por que ele é peça estruturante, ontologicamente falando, do ser social” (ANTUNES, 2000, p. 9).

A noção de centralidade da categoria trabalho é compartilhada por vários autores (MOW, 1987, 1994; ANTUNES, 1999, 2000; DEJOURS, 1987, 1999, 2006; BORGES, 2001, 2004; MORIN, 2001; BLANCH-RIBAS, 2003, 2006), para os quais o trabalho ainda ocupa um inegável espaço de importância na existência humana. Isso porque as pessoas articulam-se ao redor das atividades laborativas e, do ponto de vista social, o trabalho é o principal regulador da organização da vida humana. Conseqüentemente, ao perderem seu trabalho formal, muitas pessoas ficam desorientadas, desestruturam-se emocionalmente, sentem-se inúteis, sem nenhuma contribuição a dar, passando a procurar em outras coisas substitutivos inadequados. Destaca-se que nesta pesquisa adotou-se esse entendimento sobre a centralidade, em que o trabalho ocupa um lugar central na vida dos trabalhadores. O trabalho é tido como uma referência identitária, uma vez que a atividade laboral direciona a inserção social do indivíduo em outros espaços da sociedade.

Cabe ressaltar, que os termos trabalho e emprego, em geral, têm sido

utilizados como sinônimo, mas não se referem aos mesmos fenômenos. Borges e Yamamoto (2004, p. 26) ressaltam que, em geral, o psicólogo organizacional e do trabalho lida com o “trabalho remunerado, portanto os aspectos, sócio-econômicos são importantes e delimitadores do mundo do trabalho”. Igualmente, os pesquisadores Vilella (2003); Blanch-Ribas, (2003, 2006) em seus estudos utilizam a definição de trabalho para se referirem ao trabalho de forma geral, àquelas atividades que o indivíduo desempenha, de forma remunerada. Verifica-se então, que na concepção desses autores, o termo trabalho está ligado à atividade remunerada, e afirmam que na linguagem cotidiana o termo trabalho e emprego são utilizados indistintamente como sinônimos, referindo-se a ocupar um posto de trabalho e estar empregado. Outra autora, que contribui para essa distinção entre trabalho e emprego é Rebello (2002, p. 5) que argumenta ser preciso “distinguir a ‘lógica do emprego assalariado’ (que confunde trabalho e emprego) e a ‘lógica da atividade’ (que distingue claramente emprego e trabalho)”. Segundo essa autora, a virtude desta concepção que contrapõe “atividade” a “emprego” consiste na possibilidade de desenvolvimento de uma nova área laboral destinada a acolher pessoas incapazes de aceder ao modelo de emprego clássico, como é o caso do trabalho na feira. Rebello (2002) destaca ainda, que não se trata de colocar a empresa no centro das novas formas de trabalho, mas pelo contrário, de desenvolver um setor paralelo específico, subordinado a uma lógica distinta, para os negócios informais.

Com base nisso, e no sentido de aprofundar a reflexão acerca do mundo do trabalho, suas transformações, e mudanças ocorridas nas relações de trabalho e de emprego, o item que segue visa de ampliar a compreensão deste fenômeno.

2.2 TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO “MUNDO DO TRABALHO”

Nas últimas décadas a economia mundial vem passando por mudanças que trouxeram transformações no processo produtivo e no trabalho, as quais contribuíram para o aumento do desemprego. Frente a isso, as organizações buscaram uma maior flexibilização do uso do capital e do trabalho, tendo em vista a redução dos custos, e, sobretudo de mão-de-obra. As novas formas de articulações

do capitalismo mundial no final do século XX levaram a economia em direção a uma crescente desordem econômica e social, conseqüentemente à desestruturação do mundo do trabalho, como resultado a precarização do trabalho³ e o aumento do desemprego e subemprego (CACCIAMALLI, 2002).

No Brasil, a partir da década de 1980, também se verificaram muitas mudanças no âmbito socioeconômico. Tais mudanças foram decorrentes de inúmeras tentativas de estabilização da economia, políticas de comércio exterior (abertura comercial e financeira) e da implantação do modelo de integração ao capital internacional, baseado na doutrina do neoliberalismo. Como resultado dessa conjuntura, os gestores das empresas buscaram ajustar-se aos novos padrões produtivos e gerenciais assim como as novas formas de organização de produção e do trabalho. Tudo isso para que as empresas se adaptassem às novas exigências de competitividade para garantir presença na nova configuração do mundo globalizado (CACCIAMALLI, 2002), resultando na reestruturação produtiva das empresas.

De acordo com Baugarten (2006) o processo de reestruturação produtiva pode ser definido como um conjunto de mudanças nas estratégias empresariais, motivadas pela difusão de novas bases técnicas de produção, intensificadoras de produtividade, e associadas à flexibilização das relações de trabalho. No Brasil, esse processo ganhou força durante a década de 1990, associado ao contexto de crescimento econômico moderado e exposição da base produtiva nacional à concorrência externa (BAUMGARTEN, 2006). Essas mudanças foram mais significativas no Brasil quando ocorreu a abertura econômica do Governo Collor de Mello, iniciada com a abertura do mercado interno, possibilitando um aumento na diversidade de produtos industriais e melhorando a competitividade (agora em níveis internacionais) no mundo global. Isso fez com que, forçosamente, fossem expandidos os processos de reestruturação produtiva: fechamento de fábricas, renovação tecnológica, terceirização, subcontratação, reorganização dos processos produtivos, enxugamento de quadros, dentre outros. Em todos esses casos os esforços se concentraram, primordialmente, na racionalização de custos, com destaque para os custos do trabalho. Tais processos de reestruturação aconteceram

³ O conceito de precarização do trabalho será aprofundado no item seguinte.

concomitantemente a uma conjuntura recessiva, e a uma avalanche de medidas liberais, continuadas pelos dois governos subseqüentes (CHADAD, 2003).

Como consequência da implantação da reestruturação produtiva nas empresas, entre 1989 e 1999 mais de um milhão e meio de empregos deixaram de existir na indústria de transformação (IBGE/CAGED/MTE, 2005), e boa parte de seus trabalhadores migraram para a informalidade, e outra para o setor de serviços e para o comércio. Nesses setores verificam-se uma maior heterogeneidade nas condições de emprego, com predomínio para os contratos de baixa qualificação e de baixíssimos salários (CATTANI e HOLZMANN, 2006; CACCIAMALI, 2002). Resultado disso, a conjuntura do mundo do trabalho apresenta indicadores que contrariam, não apenas um modelo de regulação que tenha por base o desenvolvimento social, mas também, o próprio modelo de exigências para a competitividade, como: alta flexibilidade externa; baixos salários; longas jornadas; multi-funcionalidade da mão-de-obra. No entanto, tais exigências, muitas vezes, não estão associadas a quaisquer políticas de promoção salarial ou de benefícios (COSTA, 2000 e 2003, HIRATA, 2006).

De acordo com Castel (1998) a classe trabalhadora tornou-se mais complexa com a desproletarização industrial, na qual o trabalhador passou a conviver com a proletarização no setor terciário e diversas modalidades de subproletarização. Com isso, a classe trabalhadora tornou-se mais heterogênea com a crescente incorporação de mulheres ao mundo do trabalho; mais fragmentada em decorrência da horizontalização dos níveis hierárquicos e terceirização de algumas áreas produtivas das empresas. Verifica-se assim, uma nítida mudança na distribuição dos trabalhadores nos três setores da economia: primário, secundário e terciário, redução do assalariamento com registro (setor formal), elevação do subemprego, do desemprego e a ampliação da economia informal (HARVEY, 1994; CASTEL, 1998; CACCIAMALLI, 2002; SOARES, 2002).

Tal conjuntura tem contribuído para a expansão da precarização no mercado de trabalho, para o enfraquecimento do Estatuto do Trabalho, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o agravamento da exclusão social. Diante disso, trabalhadores como os ambulantes, os feirantes, os autônomos, dentre outros, podem ser considerados como alguns dos representantes dessa categoria de trabalhadores no meio urbano. Esse tipo de trabalho, muitas vezes, inicia-se com a idéia de provisório e passa a ser definitivo, em virtude da falta de empregos no

mercado de trabalho formal (ANTUNES, 2000; CACCIAMALLI, 1999; HIRATA, 2006; ZANELLI, 2004; dentre outros). De acordo com dados de pesquisa do DIEESE (2001) a década de 1990 é um “divisor de águas” nas trajetórias dos principais indicadores da situação do trabalho no Brasil.

As estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2003) revelam que o trabalho informal ganhou força no início da década de 1990, período em que 72% dos trabalhadores das cidades brasileiras eram assalariados e, no final desta década, apenas 61% se mantinham na mesma situação. Já o número de autônomos passou de 16% para 21% no mesmo período, índices estes que só têm aumentado nos últimos anos. Tais ocupações, em vários casos, exigem dedicação total do trabalhador para que possa conseguir um ganho que garanta a sua sobrevivência; noutros casos há a realização de mais de uma atividade no dia pelo mesmo trabalhador para conseguir atingir o patamar de ganho mínimo à sua manutenção. Muitas vezes, esses trabalhadores vivem em condições de trabalho precárias, como é o caso do feirante, o que os leva a desenvolverem mecanismos e arranjos cotidianos que possibilitem a sobrevivência (CACCIAMALLI, 2000).

Cacciamalli (2000) aponta que, soma-se ao quadro anterior de ampliação do trabalho por conta própria, induzido pelo menos por quatro motivos: (1) racionamento dos empregos assalariados e ausência de políticas públicas compensatórias; (2) oportunidade de ganhos superiores àqueles dos empregos assalariados de média e baixa qualificação; (3) expansão de atividades de serviços; e (4) estratégias de sobrevivência implementadas pelos indivíduos que apresentam dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho; freqüentemente, nessa última situação, poderão exercer trabalhos de baixa produtividade.

Existem inúmeras sub-ocupações nas atividades dos trabalhadores por conta própria, dentre as quais se destacam: os profissionais liberais que trabalham em firmas; proprietários de negócios no comércio e no setor de serviços; comerciantes e ambulantes; prestadores autônomos de serviços etc. Como a atividade pode ser exercida em diversos tipos de locais, Cacciamalli (1983) os classificou em trabalhadores por conta própria ‘com estabelecimento’, ‘com ponto’ e ‘sem ponto’.

Todas essas transformações ocorridas no mundo do trabalho têm impactado diretamente na forma como trabalhadores e empregadores se relacionam contratualmente, e conseqüentemente, nas relações de emprego e de trabalho

(trabalho e emprego já foram diferenciados no final do item 1). O conceito de relações de trabalho envolve, “o conjunto de arranjos institucionais e informais que modelam e transformam as relações sociais de produção nos locais de trabalho” (LIEKE, 2006, p. 242). E, relações de emprego dizem respeito aos contratos de trabalho formal, com carteira assinada e assalariado (BOSCO, 2006). O trabalho autônomo ou o trabalho avulso e eventual, por exemplo, não é emprego, nem é assalariado, no entanto, existe uma relação de trabalho, com contratos informais. Há, também, a noção de relação salarial que é tradicionalmente utilizada para caracterizar a natureza do contrato de trabalho, quer dizer, o vínculo particular que se estabelece entre empregador e empregados assalariados no momento do engajamento e no decorrer do exercício do curso do trabalho. A noção é assim utilizada, tanto sob as teorias contratuais, como sob a abordagem convencionalista das relações de trabalho.

Alguns autores como Bosco (2006) e Gomes (2000), acentuam a diferença entre o momento de acesso ao emprego (determinação do contrato de trabalho segundo as regras externas ou de mercado observadas as restrições do sistema das profissões), e o momento do exercício do trabalho (definido pelas modalidades de organização do trabalho, pelas regras, normas e hábitos da cooperação interna às organizações e ao sistema das profissões e não pelas regras do mercado externo).

A noção de relação salarial, num sentido um pouco mais amplo, refere-se à noção que vem sendo desenvolvida pela assim chamada Escola Francesa da Regulação (CASTEL, 1998). Os termos trabalho e emprego estão relacionados, ao mesmo tempo à relação de emprego e à relação de trabalho, nos âmbitos macro e micro-econômicos. Os componentes da relação de trabalho e da relação de emprego são:

- a) As questões do acesso ao emprego (determinação do contrato e forma de recrutamento, tipo e duração do contrato, formato jurídico, estabilidade, mecanismos de promoção, de saída, etc.);
- b) As questões relacionadas ao exercício do trabalho (organização do trabalho, qualificação, tempos, ritmos e conteúdos do trabalho) e por fim,
- c) As questões da reprodução da força de trabalho (formação e salários).

Ao tratar da questão de trabalho e emprego, Blanch-Ribas (2004) falou de uma cultura do emprego, na qual o emprego torna-se uma condição para a valorização e reconhecimento social do indivíduo, e apresentou as cinco principais funções do emprego no mundo do trabalho, que seguem no quadro 1:

NIVEIS	FUNÇÕES
Geral	Mediação universal, na qual o trabalho possibilita várias inserções do trabalhador na sociedade (“abre todas as portas”).
Econômica	Proporciona o enriquecimento individual e garantia de uso e consumo de bens, produtos e serviços necessários para a sobrevivência material.
Sociopolítica	Permite ao indivíduo ter acesso à cidadania, funciona como regulador dos conflitos sociais, das desigualdades sociais, e mantendo a sociedade de bem-estar e qualidade de vida.
NIVEIS	FUNÇÕES
Psicossocial	Organização do tempo no cotidiano (jornadas, semanas, anos e ciclo de vida das pessoas); Estruturação do espaço vivido e socialmente construído (delimitação dos pólos público-laboral-social frente ao privado-familiar-pessoal); Facilitação e regulação das interações sociais além do âmbito familiar; Participação, filiação e inserção nos grupos laborais; Socialização organizacional; Status, prestígio poder, reconhecimento e identidade social (pela via direta, mediante o título profissional e pela via indireta, graças à capacidade de consumo que o salário proporciona); Reinserção sócio-cultural de pessoas com antecedentes de conduta anti-social ou de exclusão social.
Psicológica	Bem-estar subjetivo e satisfação com a vida presente; Otimismo em relação ao futuro; Estabilidade, segurança, plenitude e sentido existencial; Autonomia financeira, social, ideológica e moral; Aspirações, atitudes, condutas, projetos e experiências profissionais; Experiências emocionais positivas e cognitivas que permitem ao indivíduo ter auto-referência subjacente a situações de êxito, controle e eficácia; Percepção de utilidade social e de cumprimento de um dever moral; Aprendizagem e domínio de destrezas, habilidades e conhecimentos básicos para a expressão pessoal, a comunicação social e auto-realização profissional; Articulação de metas pessoais, profissionais e organizacionais; Contribui para a saúde mental e psíquica do indivíduo.

Quadro 1: Funções positivas do emprego na cultura do trabalho

Fonte: Adaptado de Blanch-Ribas (2003, p. 88).

Ao falar dessas funções do emprego, Blanch-Ribas (2003) ressalta que essas podem variar de acordo com aspectos culturais e individuais, uma vez que, os valores sociais e individuais permeiam as relações do indivíduo com seu trabalho. O autor argumenta ainda, que em caso de desemprego o indivíduo perde seu referencial identitário, pois o trabalho constitui-se em parte de sua identidade profissional e pessoal (JACQUES, 1997), e se fragiliza sob o ponto de vista

econômico, político, social e psicológico.

O sistema de relações de trabalho brasileiro tem inspiração nitidamente estatutária, desde suas origens⁴. A CLT, no código trabalhista, é a principal fonte de “regras” disciplinadoras da relação de trabalho para a economia privada e parte do emprego público. As negociações, acordos e contratos coletivos de trabalho independentes apresentam-se de forma complementar ao estatuto legal (BOSCO, 2006). Entretanto, segundo o mesmo autor, na atualidade, pode-se perceber uma ampla discussão política em torno da flexibilização do sistema das relações de trabalho.

Na perspectiva jurídica, a relação de emprego é uma relação de natureza contratual que tem como sujeitos o empregado e o empregador e como objeto o trabalho subordinado, continuado e assalariado (BOSCO, 2006). É o vínculo obrigacional que subordina o empregado ao empregador; é um "contrato individual de trabalho, pois é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego", conforme o art. 442 da CLT (BRASIL, 2002). Nessa perspectiva é o contrato que diferencia emprego e trabalho, pois quando se fala em relação de emprego, tem-se a noção de contrato. Todavia, há contratos que estabelecem relações de trabalho que não são relações de emprego, como ocorre nos casos do trabalho autônomo e por conta própria.

Nessa direção, de acordo com Noronha (2003), o entendimento popular de “trabalho formal” ou “informal” deriva da ordem jurídica. São informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada. Desde as recentes mudanças introduzidas no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o contrato por tempo indeterminado previsto na CLT (formal) era praticamente a única opção disponível para as empresas do setor privado. Atualmente, há diversos tipos de contratos “informais”, sejam os trabalhos familiares, subcontratações, ambulantes, etc., que se contrapõem aos aspectos legais de contratos de trabalho. Tais contratos informais resultam em condições de precariedade legal e de não-acesso a benefícios e vantagens trabalhistas que fazem parte da realidade dos empregados

⁴ A matriz do sistema de relações de trabalho brasileiro corresponde ao decreto 19770 de 1931 cujas características centrais, ademais do "legalismo" são a unicidade sindical, o monopólio de representação, o enquadramento por "categoria" profissional e econômica e o imposto sindical compulsório. Apesar de consideráveis alterações, a Constituição de 1988 manteve relativamente intacta a base de sustentação do modelo corporativista de regulação das relações de trabalho: a unicidade sindical; composição de conflitos via judiciário trabalhista e imposto sindical compulsório (BRASIL, 2002).

sem carteira assinada, e se acrescenta a isto, a grande defasagem dos rendimentos, comparativamente às demais categorias formais (HOLZMANN, 2006).

Para o IBGE (2000), pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados. Nessa direção, para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (1993), o setor informal pode ser descrito, de uma forma genérica, como um conjunto de unidades que produzem bens e serviços tendo em vista, principalmente, criar emprego e renda para as pessoas envolvidas. A OIT considera o "informal" aquele trabalho em que os empregados não se beneficiam de proteção social, garantia de segurança e dos correspondentes direitos de representação perante o Estado, e expõem o trabalhador às condições precárias de trabalho.

Freqüentemente, trata-se a 'informalidade' como se fosse um fenômeno uniforme, objetivo e mensurável. De acordo com Cacciamalli (1999) o fenômeno ou processo da informalidade se resume de duas maneiras. Primeiro, diz respeito àquele conjunto de pessoas que por opção ou por necessidade de sobrevivência, optam por negócios por conta própria, por mini-organização para poderem sobreviver. O outro aspecto da informalidade é toda essa reformatação legal e institucional que está ocorrendo nas relações de trabalho em todas as suas dimensões. Para a autora, no Brasil, há mão-de-obra assalariada que trabalha com carteira, que trabalha sem carteira, que trabalha sob forma de cooperativas, que trabalha sob a forma autônoma, que trabalha sob as mais diversas formas. Ou seja, a informalidade é um processo de rearranjo das relações de trabalho assalariadas ou não, das formas de inserção e das relações institucionais de trabalho.

Uma das alternativas para o desemprego é o trabalho por conta própria, que segundo definição do IBGE/PNAD é composta pela categoria de trabalhadores que exploram o próprio empreendimento, sozinhos ou com um sócio, sem empregar auxiliar assalariado. É o pequeno empreendedor, o trabalhador patrão de si mesmo, dono do seu tempo e do seu ritmo de trabalho (IBGE, 2006). Holzmann (2006, p. 84) ao fazer uma análise das estatísticas do IBGE/PNAD, afirma que o trabalhador por conta própria "constitui o personagem-símbolo do ideário neoliberal, o qual, na apologia das vantagens que usufrui, encobre a precariedade que, em geral, o caracteriza". Segundo a autora, em 2002 no Brasil, os trabalhadores por conta própria totalizavam 22,3% dos ocupados, aproximadamente 17 milhões a mais do que em 1993 (aumento de 20,6% no período). O trabalho por conta própria constitui-

se então, em “desaguadouro” do desemprego, e 78,3 % destes trabalhadores, não são contribuintes da previdência social (HOLZMANN, 2006).

A literatura estrangeira (BLANCH-RIBAS, 2003; KOVÁCS, 2006) também evidencia o crescimento do setor informal e a reprodução desta tendência, também podem ser observados internacionalmente. Com base em diferentes estudos tem sido verificado que, freqüentemente, há incorporação do trabalhador tipicamente do setor formal ao informal de forma definitiva, pela impossibilidade de retorno, dada à eliminação de postos de trabalho e qualificações (ANTUNES, 2000; CACCIAMALLI, 1999; HIRATA e GUIMARÃES, 2006; TONI, 2006). Assim, a situação do trabalho informal é similar em outros países, como é o caso de Portugal. Kovács (2006) demonstra, por meio de pesquisa, que nos últimos anos houve um aumento considerável do emprego informal, flexível e precário em detrimento do emprego estável e formal. Segundo a autora, a mobilidade destes trabalhadores, tende a limitar-se à esfera do trabalho pouco qualificado, com condições precárias, inseguras e, muitas vezes, na informalidade.

Conforme já citado na p. 31, Cacciamalli (2000) destaca que dentre os fatores que estimulam o ingresso nas atividades informais por conta própria estão o racionamento dos empregos assalariados e ausência de políticas públicas compensatórias, a oportunidade de ganhos superiores aos dos empregados assalariados de média e baixa qualificação, a expansão das atividades de serviços e a estratégia de sobrevivência das pessoas que têm dificuldades de buscar um outro emprego e/ou ingressarem no mercado de trabalho. Esse processo acaba criando e recriando uma gama de formas de trabalho bastante heterogênea. Pode-se citar, por exemplo, o trabalho em domicílio e o trabalho temporário organizado através de empresas subcontratadas. Segundo a mesma autora, o grupo ocupacional dos trabalhadores por conta própria está geralmente na produção ou na prestação de um serviço e é, ao mesmo tempo, patrão e empregado de si mesmo. Muitas vezes possuem familiares e/ou ajudante-assalariados, pois necessitam de força de trabalho assalariada para o funcionamento de sua atividade. “A lógica de sua atuação no mercado prende-se à sobrevivência, à obtenção de um montante de renda que lhes permita sua reprodução e de sua família, não tendo como meta explícita a acumulação ou a obtenção de uma rentabilidade de mercado” (CACCIAMALLI, 2000, p. 66).

Segundo Gomes (2006) juridicamente, a expressão “contrato de trabalho”

deve ser compreendida como um contrato de atividade no qual não estão inseridos todos os ajustes legais que possuem como ponto comum a prestação individual de serviços. As novas dimensões do contrato de trabalho estão tipificadas no ordenamento jurídico brasileiro, sob 13 (treze) modalidades de contratação: contrato de emprego, contrato de trabalho avulso, contrato de prestação de serviço, contrato de empreitada, contrato de estágio, contrato de residência médica, contrato de trabalho desinteressado, contrato de mandato, contrato de comissão, contrato de agência ou de representação comercial, contrato de distribuição, contrato de corretagem e o contrato entre a cooperativa de trabalho e o cooperado. Segundo o mesmo autor, apesar da legislação jurídica indicar todos esses tipos de contratos, no Brasil, em geral, o contrato de trabalho tem sido associado ou identificado como contrato de emprego, e não como uma relação de trabalho (GOMES, 2006).

Nascimento (2006) argumenta que essas variedades de modalidades nos contratos de trabalho resultam em diferentes implicações sociais para os trabalhadores e seus sindicatos, onde os vínculos do indivíduo com o seu trabalho são complexos, pois envolvem não somente a relação com o trabalho em si, mas também com o seu emprego, com a equipe de trabalho, com a carreira ou ocupação, com o sindicato, com a organização, etc. Cabe ainda ressaltar, que na perspectiva da flexibilização do trabalho, as diversificações dos tipos de contrato de trabalho desobstruem os entraves legais, cria novas possibilidades de contratação, e contribui para a diminuição dos custos com mão-de-obra. Silva (2008) ressalta que com a flexibilização, cresce o número de trabalhadores vinculados a outros modelos contratuais, como por exemplo, a subcontratação.

De acordo com Catanni e Holzmann (2006) a subcontratação é um termo genérico, que designa o instrumento gerencial por meio do qual uma empresa transfere atividades ou tarefas para outros. Essa transferência de trabalho pode-se referir tanto à atividade-fim da organização, como às atividades de suporte ou de apoio ao foco do negócio, no entanto a Legislação Brasileira do Trabalho não regulamenta esse tipo de vínculo trabalhista, somente apóia. No cotidiano das feiras, que é objeto de estudo dessa pesquisa, é freqüente esse tipo de contratação, o que impõe a esses trabalhadores uma condição de vulnerabilidade e fragilidade. Cabe aqui destacar, aquilo que Rebelo (2002, p. 2) chamou de “nova cultura do trabalho e do emprego”, na qual argumenta que se faz necessário criar a possibilidade de desenvolvimento de uma nova área laboral destinada a acolher pessoas incapazes

de aceder ao modelo de emprego clássico. Rebelo (2002) afirma ainda que é necessário distinguir a “lógica do emprego assalariado” (que confunde trabalho e emprego) e a “lógica da atividade” (que distingue claramente emprego e trabalho).

Para ampliar esta reflexão, cabe aprofundar os conceitos de flexibilização e precarização do trabalho. E questiona-se: Todas estas formas de ocupações informais ou trabalho por conta própria, podem ser consideradas trabalho precário? O que vem a ser precarização do trabalho? Quais dimensões da precariedade do trabalho estão presentes no contexto das feiras? A precarização é resultado da flexibilização do trabalho? O item que segue irá explorar os conceitos de flexibilidade e precarização do trabalho e suas implicações para a vida dos trabalhadores.

2.2.1 Flexibilização e Precarização do Trabalho

Conforme apresentado nos itens anteriores, a atual conjuntura do mundo do trabalho está intrinsecamente relacionada à reestruturação produtiva que resultou na flexibilização e mudanças nas relações de trabalho, surgimento de trabalhos informais e precarizados. Cabe então, aprofundar os conceitos de flexibilização e precarização. Castel (1998) constatou que aqueles trabalhadores que não têm um trabalho formal, seja ele, com contrato por tempo indeterminado sofrem cada vez mais a intensificação do trabalho e a flexibilidade no uso de sua força de trabalho (banco de horas, horários flexíveis, maiores cargas de trabalho). Segundo o mesmo autor, a instabilidade da ocupação e a volatilidade dos mercados para os seus serviços e produtos implicam períodos alternados de ocupação e desemprego. Este processo tem sido chamado de flexibilização do trabalho, o qual influenciou as mudanças dos modos de gestão das empresas, enxugamento dos quadros de funcionários e, conseqüentemente, contribuiu para o aumento do desemprego. E como estratégia de sobrevivência, verifica-se que os trabalhadores atingidos, se submetem os trabalhos transitórios, inseguros e precários, mesmo que esses apresentem sérias conseqüências para suas vidas.

Ao retroceder na história do trabalho é possível, verificar que o fenômeno da flexibilização do trabalho não é fato novo, ou privilégio dos tempos modernos. Martins (1999) coloca que há estudos indicando que a flexibilização contemporânea

originou-se na Europa, mais precisamente na década de 1960, e os primeiros reflexos em nosso país deram-se a partir de 1965, com a edição da Lei n. 4.923, que tratou, mediante acordo sindical, da redução geral e transitória dos salários até o limite de 25%, na hipótese de a empresa se encontrar em crise (motivada por inesperada conjuntura econômica). Dallegrave Neto (2003) vai além, e afirma que no ano de 1896, durante plena industrialização da era moderna, sob influência do estudo de Frederick Taylor, "Princípios de administração científica", este propôs uma racionalização da produção, de forma que a atividade do operário estava condicionada à velocidade do movimento das esteiras à sua frente.

Vinte anos mais tarde, Henry Ford propõe o parcelamento da produção, de modo que o operário fixado em categorias profissionais definidas passou a realizar apenas uma parte do processo de fabricação. Segundo o autor, tais ações sempre visavam aumentar a produtividade, pois nesse sistema o trabalho era fragmentado e regido por uma empresa verticalizada que controla todas as áreas e fases da produção. Segundo Heloani (2006), com a flexibilização e a precarização das relações de emprego, as organizações passaram a adotar novos critérios de admissão, pagamento de salário e compensação de jornada, e são identificadas "verdadeiras fraudes ao vínculo empregatício", como as formas disfarçadas de contrato de trabalho: cooperados, terceirizados, representantes comerciais, autônomos, estagiários, subcontratação, etc. De acordo com esse autor, a flexibilização nas relações trabalhistas sempre existiu como "válvulas de escape", ou seja, em casos de adaptação da legislação trabalhista a um determinado contexto econômico, social ou político (como é o caso das montadoras neste início de 2009), de forma que isso possa ensejar uma melhora ou piora dos termos legais. No entanto, de acordo com o mesmo autor, a flexibilização do trabalho, em geral traz um reflexo, do ponto de vista dos seus efeitos negativos sobre o trabalhador, pois, nessa linha, flexibiliza-se de baixo para cima ou a favor daquele que se encontra ou pertence a uma camada social superior.

Em contraposição, Pastore (2005) destaca os benefícios da flexibilização das leis trabalhistas para o contexto empresarial, e argumenta que nas questões trabalhistas o Brasil precisa de mais diálogo e menos legislação. Segundo o autor, tanto para as empresas, quanto para seus colaboradores seria muito melhor se a lei trabalhista brasileira não fosse tão rígida, e defende a flexibilização das leis trabalhistas, pois as considera fora da realidade do mercado. "São leis de 1943, e

estas não contemplam o um espaço maior para negociar." Destaca-se que a CLT foi promovida por Getúlio Vargas em 1943. Desde então, todas as iniciativas para alterá-la foram frustradas. Em 2001, o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tentou aprovar um texto com a flexibilização da CLT, mas foi obrigado a recuar diante de reações contrárias (PASTORE 2005).

Na concepção jurídica, Freitas (2001, p. 6) identifica que a precarização é a eliminação do Direito do Trabalho, uma vez que, "torna o contrato e as condições de trabalho mais frágeis, tornam as empresas mais livres para contratar e dispensar empregados" e, [...] "retiram do Estado atribuições relacionadas à proteção trabalhista e/ou previdenciária". Na fala de Romita (2000), a precarização do trabalho é a anomia, ou seja, inexistência de regulação legal de caráter protecionista para o trabalhador que, assim sendo, deverá, individual ou coletivamente, ajustar com o empregador os termos do contrato de trabalho.

A título de diferenciação, a flexibilização está contemplada na seara - especificação interna do contrato, e implica na redução/adaptação dentro dos termos estabelecidos no contrato de emprego, enquanto que a precarização é relativa à seara externa do contrato, uma vez que não é assegurado qualquer direito ou vantagem estabelecida no contrato, por isso é chamado de contrato precário. Neste tipo de contrato não há nenhum tipo de garantia e proteção social para o trabalhador, como por exemplo: FGTS, INSS, seguro de saúde, férias, décimo terceiro salário, etc., tal como ocorre com os trabalhadores da feira, em maior grau com os subcontratados (ROMITA, 2000).

Porém, Piccinini et al (2006), afirmam que os defensores da flexibilização (empresários, sindicatos patronais, representantes governamentais, adeptos do neoliberalismo, etc.) das relações de trabalho contextualizam seu sentido como relativo apenas a flexibilidade ou adaptação à norma, situação econômica mundial em crise e intensa concorrência. Mas, os autores ressaltam que a flexibilização do processo de trabalho, também reduz as vantagens e direitos do trabalhador, e permite ao empregador, diminuir custos, e com isso obter sucesso no cenário competitivo.

As incertezas em relação ao futuro do trabalho aparecem como variável central nas análises de Rifkin (1995) sobre o cenário norte americano, enquanto que na Europa, a insegurança social em relação ao *status quo* do mundo do trabalho surge no centro das angústias dos indivíduos. Segundo o autor, nos países

pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), 3,5 milhões de pessoas estavam desempregadas em 1993, e outras 15 milhões de pessoas desistiram de procurar trabalho ou, contra a sua vontade, aceitaram emprego de meio período. Na América Latina, o desemprego urbano era de 8%, sendo que atualmente pode chegar a 20% em determinadas regiões, como é o caso do Brasil. Pode-se dizer que tudo isso ocorreu em decorrência do processo de globalização da economia que forçou as organizações a reverem seus processos produtivos e enxugaram seus quadros de pessoal.

Castel (1998) se mostrou preocupado com tendências em ascensão na sociedade européia e as maléficas conseqüências de acontecimentos, tais como o alto desemprego e a transição da sociedade do trabalho à sociedade do conhecimento. As sociedades européias e a norte-americana são vistas, por ele, como palcos futuros da generalização do emprego em trabalho temporário, da insegurança, da descontinuidade e da informalidade. Ressalta ainda, que quanto mais às relações, as condições e o mercado de trabalho são “desregulamentados” e “flexibilizados”, mais rapidamente, e com mais eficiência, a sociedade do trabalho se transforma em sociedade de risco. Dessa forma, a grande característica do trabalhador passa a ser a capacidade de ser “multi-ativo”, uma espécie de “faz tudo sem questionamentos”, de modo que, para a maioria dos indivíduos, a existência básica e o modo de vida são marcados por uma espécie de insegurança endêmica (CASTEL, 1998).

Em suas reflexões sobre as mudanças no mundo do trabalho, Bauman (2000) destaca a “metáfora do turista e do vagabundo” para ilustrar quem são os heróis e as vítimas do capitalismo flexível. Afirma que a oposição entre os turistas e os vagabundos é a maior, a principal divisão da sociedade pós-moderna. Ou seja, uma sociedade marcada por um tempo/espço flexível em mutação constante, em que o valor máximo do indivíduo é determinado por sua capacidade de se mover. Por um lado, os turistas são aqueles que recusam qualquer forma de fixação; movimentam-se porque assim o preferem; saem e chegam a qualquer tempo e em qualquer espaço para realizarem seus sonhos, suas fantasias, suas necessidades de consumo e seu estilo de vida. Ainda de acordo esse autor, na modernidade líquida, ao contrário do observável na chamada modernidade sólida, o trabalho e as certezas provenientes do seu *status* tornam-se transitórias e inconsistentes, e esta transição paradigmática está no centro das suas preocupações. Metaforicamente,

hoje em dia, a relação do indivíduo com o seu trabalho são semelhantes às estratégias de um jogador que busca um modesto objetivo de curto prazo, temendo o insucesso e a perda total das possibilidades de continuar jogando (BAUMAN, 2001).

Desse modo, assim como Beck (1997), para Bauman (2001) os trabalhadores são vistos como “órfãos das certezas” do trabalho da era do capitalismo industrial, entram na fase da incerteza do trabalho flexível, em que as possibilidades vitalícias se extinguem de maneira irreversível e o trabalho na indústria não é mais garantia de futuro seguro, e intensificam-se as vagas em outros locais de trabalho, como feiras, cooperativas, ambulantes, etc. As sociedades organizam-se em função do trabalho e toda a existência adulta se organiza em torno desta atividade econômica. Como refere Beck (1997) a ocupação serve como padrão de identificação, através da qual podemos assegurar necessidades pessoais e competências, proporcionando-nos igualmente uma posição econômica e social. A substituição do emprego estável e “seguro” por várias formas de emprego flexível provocam assim, mudanças a vários níveis nas vidas dos indivíduos, o trabalho perde a sua função protetora e os indivíduos não conseguem planejar suas vidas (BECK, 1992).

Outro autor que contribui para essa análise é Sennet (2000), ao afirmar que na sociedade ocidental em que “somos o que fazemos” e tendo sido o trabalho sempre considerado fundamental para a formação do nosso caráter e personalidade, este novo cenário laboral, apesar de propiciar uma economia mais dinâmica, pode afetar as pessoas profundamente ao interferir nas noções de permanência, confiança nos outros, integridade e compromisso, que faziam com que o trabalho mais rotineiro fosse um elemento organizador fundamental na vida dos indivíduos e da sua integração na comunidade.

Corroborando com essa idéia, em artigo mais recente, Dejours (2006) problematiza a noção de flexibilização, e argumenta que a flexibilização do emprego é a possibilidade de modificar as características do emprego em função de determinadas necessidades e circunstâncias, e a flexibilização do trabalho a possibilidade de modificar a organização do trabalho em resposta às necessidades e ao mercado. Já a flexibilidade de uma pessoa é a sua capacidade psicológica de adaptação às (novas) exigências, isto é, a sua docilidade para se submeter às (novas) ordens.

Verifica-se então, que a flexibilidade pode ocorrer de diversas formas e tipologia, como por exemplo, contratual, jurídica, social, individual, psicológica, formas de organização do trabalho, etc. Outro autor que contribuiu para a compreensão dessas tipologias de flexibilidade do trabalho foi Almeida (2005), que faz uma distinção entre flexibilidade quantitativa e qualitativa, podendo cada uma delas ser externa ou interna. Para o autor, por exemplo, as horas flexíveis, o trabalho em *part-time*, por turnos seria uma flexibilidade quantitativa interna, uma vez que, usam os recursos humanos da empresa e adapta-se às necessidades de mercado. Se empresa optar por ter trabalhadores que não façam parte da organização, e recorrer à empresas de trabalho temporário, trabalho sazonal, contratos de termo fixo, nesse caso, é uma flexibilidade quantitativa. Nesse tipo de flexibilidade, a empresa continua a existir, fazendo um ajustamento no número, quer seja de horas de trabalho ou de trabalhadores, mas é externa porque não usa a mão-de-obra da empresa. A flexibilidade qualitativa é alcançada através da subcontratação ou trabalho independente no caso de ser externa, ou por um investimento qualitativo nos trabalhadores da organização no caso de ser interna (medidas como o enriquecimento ou rotação de tarefas, constituição de equipes de trabalho ou multi-qualificações).

Uma outra tipologia é apresentada por Rebelo (2004), acrescentando mais algumas divisões e formas de ajustamento flexíveis, distinguindo entre “medidas de flexibilidade tendencialmente qualificantes” e “medidas de flexibilidade tendencialmente precarizantes”, podendo ser desenvolvidas através de produtos flexíveis, processos flexíveis e organizações flexíveis. Essa autora destaca os seguintes tipos de flexibilidade: (1) a curto prazo que tende a precarizar o trabalho em oposição à de longo prazo que procura promover a transformação da organização evitando os efeitos de curto prazo; (2) flexibilidade operacional que incide sobre os sistemas de produção; (3) estratégica que consiste num maior investimento em algumas áreas e num sub-investimento em outras na qual a rentabilidade poderá ser diminuta; (4) defensiva e ofensiva, a primeira atinge-se por meio da redução de salários e ajustamentos de emprego criando grande instabilidade laboral, e a segunda, procura investir no encontro de novas formas de relação salarial, sem que isso implique a perda de garantias fundamentais dos trabalhadores (REBELO, 2004).

Dejours (2006) considera que o processo de flexibilização do trabalho

afeta, diretamente, a saúde dos trabalhadores e desestrutura os fundamentos da vida em conjunto com a sociedade. Thébaud-Mony (2000), estudiosa de assuntos ligados à indústria nuclear e à subcontratação desde a década de 1980, demonstra em seus estudos que a flexibilidade é central nos processos de reestruturação das empresas francesas desde as décadas de 1970/1980, e é compreendida como sinônimo de precarização. Segundo essa autora:

A palavra flexibilidade esconde/mascara os fenômenos materiais reais dos quais é feita: a intensificação do trabalho, fragmentação dos coletivos de trabalho, instalação de um desemprego estrutural, recurso ao trabalho temporário e à subcontratação (THÉBAUD-MONY, 2000, p. 4) (tradução livre da pesquisadora).

Em relação ao conceito de precarização, no caso estudado por Thébaud-Mony (2000), a autora conclui que ao se analisar esse processo, é preciso se levar em consideração que, as mudanças dos modelos organizacionais, frente a um quadro econômico de acirrada concorrência, estão pautadas num regime de "urgência produtiva". Segundo ela, este regime, em geral, resulta em uma tríplice flexibilidade: dos empregos (trabalho sazonal e temporário, subcontratação, desemprego temporário, etc.); dos tempos de trabalho (anarquia dos horários diários, semanais e anuais, intensificação do trabalho) e da vida familiar (apoiados na divisão sexual do trabalho clássica, em que as mulheres são responsáveis pela gestão da família).

Corroborar com esta análise Thébaud-Mony (2000), ao afirmar que tais mudanças podem levar ainda, à precarização de outros tipos de contratos com os trabalhadores: subcontratados, efetivos, temporários, por tempo integral, etc.; e destaca que, essa prática desenvolve diferentes graus de precarização das condições de vida e de trabalho de parte crescente da força de trabalho. Tal afirmação vem ao encontro da argumentação de Appay (1997a, p. 171) de que o recurso da subcontratação tornou-se um elemento central da precarização e da mudança de estatuto da "condição de assalariado", se expande e se generaliza, reforçando a noção etimológica da palavra precário, do latim *precarius*, "o que é obtido pela prece, isto é, aquele que se subordina à vontade e ao poder de outro (ou de Deus) implorando obter algo desse outro todo-poderoso".

O conceito de precarização do trabalho, segundo Mattoso (1999) se refere ao aumento do caráter precário das relações de trabalho pela ampliação do

trabalho assalariado sem carteira profissional e do trabalho independente (por conta própria). É identificado pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa e em tempo parcial e pela ausência de contribuição da Previdência Social, e, portanto, sem direito à aposentadoria. O mesmo autor afirma que, esse conceito está ligado ao conceito de precarização das relações de trabalho, e refere-se ao “processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresas ou mesmo unilaterais” (MATTOSO, 1999, p. 8).

De acordo com Cattani e Holzmann (2006, p. 203), a definição do termo trabalho precário contempla pelo menos duas dimensões: “a ausência ou redução de direitos e garantias do trabalho e a qualidade no exercício da atividade”. Na primeira, considera-se o retrocesso em relação às conquistas trabalhistas constitucionais e negociações sindicais; e na segunda, consideram-se a relação entre ganhos e quantidade de trabalho e, complementarmente, aspectos ligados diretamente ao exercício da atividade. Na visão de Castel (1998), a noção de precarização do trabalho também tem como parâmetro o regime de trabalho assalariado, e se refere ao processo de afastamento do padrão de qualidade atingido pela sociedade salarial.

As idéias desses autores convergem, ao afirmarem que a precarização do trabalho resulta em uma seqüência de perdas, como por exemplo: a redução de perspectiva profissional (contratos temporários, flexibilidade de demissões) e de supressão de direitos (como descanso remunerado, férias, licenças de saúde, aposentadoria e regulação dos salários, entre outros), conduzindo uma grande parcela de trabalhadores a uma situação de vulnerabilidade (CASTEL, 1998; CATTANI e HOLZMANN, 2006). Essa realidade também é enfrentada pelos trabalhadores das feiras, sejam eles, autônomos, ambulantes, artistas, etc.

No que diz respeito à produção de conhecimentos na área, a precarização do trabalho tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas, como exemplo, Pochmann (2001) realizou um estudo sobre as mudanças ocorridas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e verificou que, já nos anos 1990, ocorria a “desestruturação do mercado de trabalho” e a precarização das condições sociais na região. O estudo demonstrou a evidência elevadas taxas de desemprego, da flexibilização dos contratos de trabalho e o crescimento dos indicadores da violência urbana. Evidenciou, também,

características desse mesmo processo que acentuam a desigualdade social, geram a exclusão de parte dos indivíduos em competição no mercado de trabalho, e apontam para a ausência de políticas sociais capazes de atenuá-las.

Montali (2000) realizou uma pesquisa sobre como o desemprego e a precarização do trabalho fragilizam famílias, na qual verificou que a redução dos postos de trabalho assalariado afetou os componentes da mesma que vinham obtendo melhores remunerações no mercado, ou seja, os homens chefes de família e os filhos e filhas jovens, maiores de 18 anos. Montali (2004) afirma que, tanto os rearranjos de inserção no mercado de trabalho formal, como as novas possibilidades de inserção dos componentes das famílias nele, estão se somando no sentido da queda da renda familiar e, portanto, do empobrecimento dos núcleos familiares. A pesquisadora observou também, que os rearranjos de inserção e a participação dos membros na composição da renda familiar foram afetados não só pelo aumento do desemprego, mas também pelo fato de o emprego ter se tornado mais precário.

Druck (2006) realizou uma pesquisa comparando a precarização do trabalho no Brasil e na França, e concluiu que a situação entre os dois países é similar, mas a produção de pesquisas é maior na França. Verificou ainda, que muitas destas pesquisas francesas sobre este tema são empíricas, qualitativas e tem servido de embasamento teórico-metodológico para pesquisadores brasileiros, como é o caso da nossa pesquisa com feirantes. Seguem abaixo considerações sobre esses estudos brasileiros e franceses:

Nos estudos brasileiros, a precarização do trabalho pode ser compreendida como um processo social constituído por uma amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança. Isto se expressa nas novas formas de organização do trabalho – na qual a terceirização e subcontratação da mão-de-obra ocupa um lugar central – que leva a uma mudança no papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social. Um processo de precarização que atinge todos os trabalhadores, independentemente de seu estatuto, e que tem levado a uma crescente degradação das condições de trabalho, da saúde (e da vida) dos trabalhadores e da vitalidade da ação sindical (DRUCK e THÉBAUD-MONY, 2007).

Nos estudos franceses, Druck e Thébaud-Mony (2007) analisam as pesquisas de Barbier (2002) e de Hirata e Pretéceille (2002). Sobre a pesquisa de Barbier realizada em 2002, na França, eles destacam que este estudo tem

relevância porque recuperou a história dos diferentes significados da expressão precariedade nos estudos franceses, e apresenta quatro usos distintos deste termo: 1) como uma noção específica relacionada a problemas sociais, que surge nos anos 1970, e se refere a uma condição social de vulnerabilidade e de instabilidade das famílias, termo utilizado essencialmente nos estudos sobre pobreza, sobre as redes de solidariedade entre as famílias e à assistência social daí decorrente e, portanto, não referidos ao emprego e trabalho; 2) para se referir à emergência das 'novas formas de emprego' ou empregos atípicos (contratos por tempo determinado, etc.), no final dos anos 1970, quando a crise do emprego e do Estado providência se manifesta; 3) a partir do início dos anos 1980, assume o *status* de categoria usada nas estatísticas e estudos do mercado de trabalho e também na legislação e administração pública; inclusive é inserida no 'Código do Trabalho' como os contratos de emprego precários; 4) mais recentemente, alguns estudiosos passam a conceber o processo de precarização como um processo social presente em toda a sociedade. Como conclusão, a pesquisa de Druck e Thébaud-Mony (2007) destaca as noções de vulnerabilidade e fragilidades são relacionadas à precariedade do emprego e do trabalho; alguns estudos demonstram a crise da 'sociedade salarial' (fordismo) e a precarização do trabalho como central para explicar a moderna dinâmica da sociedade e a metamorfose da questão social.

Os mesmos autores resgatam a pesquisa realizada por Hirata e Pretéceille realizada em 2002, que objetivou sintetizar o debate atual sobre a precarização sócio-econômica na França. Essa pesquisa indica que a desestabilização dos assalariados vai além do mundo estritamente operário, na medida em que constata a perda de direitos, a partir da crise do Estado Providência, da redução da proteção social, das mudanças organizacionais que estabelecem a insegurança e a incerteza como regra, dos contratos precários e da crescente prática de externalização ou subcontratação. Em decorrência disso, os pesquisadores apontam para a intensificação do trabalho e dos riscos crescentes de acidentes e adoecimento, que levam à precarização da saúde dos trabalhadores. Druck e Thébaud-Mony (2007), destacam que na concepção de Hirata e Pretéceille, essa precarização tem atingindo, especialmente, as mulheres, os jovens, mas também os trabalhadores qualificados de altos postos.

Outro autor que se aproxima dessa análise é Castel (1998), para o qual a insegurança no emprego e sua precarização são causas da vulnerabilidade social,

da perda de vínculos e referências de inserção, ou de 'lugares'. Em convergência com esse autor, Hirata e Pretéceille (2002), afirmam que se trata de um quadro de precarização social como "regra" que redefine a situação conjugal e familiar, que altera as relações entre gerações. Isto dificulta a transmissão de valores apreendidos com outra inserção profissional, mais estável, mais segura, que já não se encontra mais no "emprego flexível" para os jovens.

Appay (1997a) apresenta o conceito de precarização social do trabalho, que compreende um conjunto de processos associados à flexibilização produtiva e às mudanças institucionais. O conceito de precarização social é elaborado a partir da perspectiva de um duplo processo: o primeiro refere-se à precarização econômica, que resulta na precarização salarial e das estruturas produtivas. A segunda relaciona-se à "desinstitucionalização da instabilidade" do trabalho, em particular, as transformações do sistema legislativo que rege o trabalho e a proteção social (APPAY, 1997a, p. 520). Segundo esse autor, tal conceito foi elaborado por um coletivo de pesquisadores do *Institut Recherche sur les Sociétés Contemporaines* (Iresco) que tem como proposta a superação da dicotomia dos estudos que tendem a tratar a análise da precarização econômica e a análise das suas conseqüências sociais, evidenciadas pela precarização da proteção social.

Na concepção de Bourdieu (1998, p. 124), "a precariedade está hoje por toda parte", e mais, a flexibilidade é uma 'estratégia de precarização', inspirada por razões econômicas e políticas, produto de uma "vontade política" e não de uma 'fatalidade econômica', que seria dada, supostamente, pela mundialização. O autor considera "a precarização como um regime político (...) inscrita num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração" (BOURDIEU, 1998, p. 124-125).

Cabe assinalar que há uma especificidade dos estudos franceses que tratam da relação trabalho e saúde, é o ênfase que se dá nas contundentes conseqüências da flexibilização e da precarização social e do trabalho sobre a vida dos trabalhadores. Verifica-se que no Brasil, ainda há muito campo para pesquisas, especialmente a Psicologia, que tenham como objetos de estudo, diferentes tipos de organizações de trabalho, e que problematizem as implicações dessa precarização para a vida dos trabalhadores. Dentre as diversas formas de organização de trabalho, destaca-se o trabalho dos ambulantes, das Ongs, das cooperativas e das

feiras, como é o caso dessa pesquisa na Feira do Largo da Ordem de Curitiba-PR.

Por ser a feira é um local de trabalho, em que as relações contratuais ocorrem de forma informal e precária em diferentes graus, não possibilitando garantia de futuro ao trabalhador e resultando em conseqüências para, conforme explicitado pelos autores ora apresentados. Torna-se então, necessário compreender melhor o que vem a ser uma feira, e quais os elementos deste *lócus* de trabalho que contribuem para a precarização do trabalho.

O capítulo posterior apresentará uma reflexão sobre o conceito de feira, sua contextualização histórica e como se deu a ocupação dos trabalhadores nesse local de trabalho.

3 AS FEIRAS COMO LOCAIS DE TRABALHO

De acordo com a Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira (1995), as feiras são fenômenos econômicos e sociais muito antigos e já eram conhecidas dos Gregos e Romanos no séc. XVII. Entre os Romanos, por causa das implicações de ordem pública que as feiras tinham, estabeleceu-se que as regras de sua criação e funcionamento dependiam da intervenção e garantia do Estado. O papel das feiras tornou-se importante a partir da chamada revolução comercial, ou seja, o século XI.

As feiras livres existem no Brasil desde o tempo da colônia, e constituem uma modalidade de mercado varejista ao ar livre, periódica, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e pelo fato de ser voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. Herança, em certa medida da tradição ibérica (também de raiz mourisca), posteriormente mesclada com práticas africanas, está presente na maioria das cidades brasileiras, sobretudo naquelas com população superior a 300 mil habitantes. As feiras desempenham ainda hoje papel relativamente importante no abastecimento urbano, apesar das políticas públicas adversas que tiveram de enfrentar nos últimos 30 anos (REZENDE, 2001). E, apesar dos “tempos modernos” e dos contratempos que elas causam em grandes cidades, elas não desaparecem. Em muitos lugares no interior do país elas são o principal e, às vezes, o único local de comércio para a população. Muitas vezes, também funcionam como centros culturais e de lazer. Para Lefebvre (1991) as feiras não são apenas formas e lugares de aglomeração periódica anônima, mas são também espaços de sociabilidade específica.

A feira é um lugar cheio de sons, cores, odores, movimentos, e, marcado fortemente pelas intensas relações sociais. Os feirantes gritam apregoando a qualidade dos seus produtos e garantindo que o seu preço “é o melhor da feira”. As pessoas circulam muito, examinam, pechincham ou simplesmente estão à procura do que desejam. Outras já têm suas barracas preferidas, conhecem o feirante de longa data e, às vezes, parecem mais amigos do que fregueses; além disso, é comum se encontrar trabalhadores de uma mesma família (MASCARENHAS, 2005). Isso é compartilhado por Sato (2007, p. 98) ao afirmar que “feira significa festa”. Segundo ela, as famosas feiras da Idade Média que se assemelhavam às nossas feiras regionais, reuniam mercadores dos diversos locais, em datas de festas

religiosas, ocasiões nas quais os comerciantes faziam seus negócios.

Tal qual Mascarenhas, ao falar sobre o assunto Da Matta (1978), afirmou que no universo de trabalho das feiras é comum observar que as relações de trabalho mesclam-se com relações familiares, de amizade e de vizinhança no bairro de moradia. Segundo o autor, as relações na feira livre são norteadas por diversas gramáticas, regras de convivência familiar se fazem presentes no espaço de trabalho, tanto no sentido de garantir a proteção contra a aplicação fria e impessoal da “letra de lei”, o código da rua, como no de exigir a manutenção do respeito à hierarquia familiar no trabalho.

Nesse contexto, existem também os vendedores ambulantes, com tabuleiros montados em cima de caixotes ou simplesmente no chão, que aproveitam a feira para tentar vender diversos produtos. Meninos se oferecem para ajudar as pessoas a carregar as mercadorias. De acordo com Sato, Bernardo e Oliveira (2008, p. 8), a “feira livre” é um substantivo coletivo, ou seja, existe somente se congregam diversas unidades produtivas (as bancas) de propriedade dos feirantes titulares, que são micro-empresários e os feirantes ambulantes (que portam as mercadorias nas mãos e as oferecem à freguesia caminhando pela feira). Rezende (2001) corrobora com essa definição de feira, afirmando que a feira é uma “confusão” organizada onde tudo parece funcionar na hora e no lugar certo, e para quem observa de fora a feira parece um teatro cheio de personagens, cada um com sua história.

Sato, Bernardo e Oliveira (2008, p. 10) ao analisarem o contexto das feiras livres argumentam que:

O grau de adaptabilidade da feira livre garante respostas rápidas às mudanças do ambiente econômico, social e cultural no qual se instalam por meio da adoção de diversas configurações das unidades produtivas e das regras de convivência. Por esse motivo, a feira livre é um exemplo vivo do que a análise combinatória nos ensina: são múltiplos arranjos, permutações e combinações resultantes da capacidade de negociação e de criação, que se dá num contexto de tênue equilíbrio entre a cooperação e a competição entre as unidades produtivas.

Além de ser um local de comércio e lazer, a feira é também um local de trabalho, e tem sido objeto de estudos de pesquisadores de diversas áreas, embora na Psicologia sejam poucos os estudos que tratam os feirantes. Sato (2007, p.101) realizou um estudo empírico com feirantes da cidade de São Paulo, e relata que “a

feira é um espaço de trabalho que se faz de beleza, da brincadeira e move-se como um mundo virtual, o que faz sobressair seu sentido como espaço de convivência social”. A autora afirma ainda que, “a feira livre caracteriza-se por estruturar-se numa ampla rede de relações sociais, e as principais feições dessa rede são: mesclar relações de trabalho com as familiares, de vizinhança e de amizade, fazendo-se valer as regras tácitas, e operando por meio de relações de cooperação e de competição”.

Sato (2007, p. 96) coloca ainda que na feira se formam “redes de convivência”, que são construídas pela presença de várias lógicas que se encontram em um lugar, em um dia da semana e se espalham em várias outras feiras livres nos outros dias e em outros lugares. A autora assinala ainda que em pequenos espaços e num determinado tempo há maior densidade de encontros que dão “substância” a essa organização, construindo, questionando e repondo continuamente as regras, os valores e a cultura. Baseia-se na troca de idéias, de pontos de vista, de argumentos e de experiências. A feira livre deve ser compreendida, então, como um contínuo organizar, baseado em acordos e negociações, em cooperação e competição e na execução de regras tácitas. Isso garante a agilidade, a extrema adaptabilidade e a criatividade de formas de se fazer à feira livre.

Os aspectos relacionados à sociabilidade nas feiras também foi abordado por Vedana (2004), na qual realizou um estudo etnográfico sobre práticas cotidianas no contexto das feiras-livres em Porto Alegre (RS) a partir da análise das “artes de fazer”, formas de sociabilidade e *performance* de fregueses e feirantes da feira-Livre da Epatur. Segundo a autora, os resultados demonstraram que o ato de “fazer a feira” engloba uma série de ações e gestos que evidenciam peculiaridades da “produção” do espaço urbano por certos habitantes da cidade. Tais gestos evocam formas específicas de habitar este território da cidade onde está situada a feira, o Bairro Cidade Baixa, configurando arranjos sociais particulares no que tange as trocas sociais de mercado que lá ocorrem. Vedana (2004) destaca ainda, que os atos de compra e venda de alimentos no mercado livre, as relações de sociabilidade que lá se estabelecem a estética particular deste evento, sua ambiência – visual e sonora – como elementos que conformam este “espaço vivido” ao mesmo tempo em que tecem uma vivência particular da cidade de Porto Alegre.

Mascarenhas (1991) também desenvolveu uma pesquisa nas feiras livres cariocas, o qual analisou os espaços de sociabilidade e aumento do contingente de

trabalhadores nas feiras livres do Estado, principalmente, com a expansão da informalidade. O levantamento foi feito num universo amostral de 14 feiras livres, espalhadas pela malha urbana carioca. O pesquisador observou que, por um lado existem os mercadores sem registro, geralmente localizados no meio da rua, ou nas extremidades da feira, e por outro lado, há a própria mudança de atitude do feirante tradicional, que, face à ausência de fiscalização municipal, desobedece às normas e instaura um cenário que se distancia da padronização e geometria originais da feira livre.

O mesmo pesquisador também evidenciou que a expansão da informalidade, reflexo da conjuntura econômica e do descaso das autoridades locais para com a fiscalização, resulta na formação de uma nova ambiência nas feiras livres. Uma ambiência que, se por um lado pode afastar o consumidor, pelo contraste absoluto com a organização, segurança, higiene e conforto oferecidos pelos grandes estabelecimentos varejistas, por outro mantém a feira livre como espaço de sociabilidade resistente, como ambiência alternativa, como pitoresco, e reside nestes aspectos um pouco do encanto das feiras livres cariocas. Enfim, segundo o pesquisador, é a feira cumprindo seu papel histórico e crucial, de lugar do encontro, do espontâneo, do provisório, da diversidade cultural, criando e recriando significados para estes ‘sobreviventes do mundo do trabalho’ (MASCARENHAS, 1991). As feiras estão inseridas no espaço urbano, e pertencem ao universo do mundo do trabalho em transformações. Mascarenhas (1991) discute esses aspectos em seu estudo sobre a trajetória das feiras cariocas. Esse autor relata que antes do advento das feiras livres e dos mercados cobertos, prevalecia na cidade um amplo leque de modalidades precárias de comércio de rua movimentadas pela necessidade de sobrevivência de indivíduos pobres numa conjuntura de baixa oferta de empregos.

Na mesma direção, Moraes (2007) ao discutir o trabalho urbano, afirma que a cidade propicia maneiras diversificadas de sobrevivência, na qual morar, viver e trabalhar torna-se nela possível. As ruas, os parques, as portas, as praças, as laterais, os estacionamentos, os bairros, o centro e os arredores da cidade, etc., propiciam a muitos trabalhadores o que as fábricas, as construções, as lojas e outros empreendimentos urbanos sugeriram em momentos de expansão: a possibilidade de “ganhar” a vida. Dessa forma, de acordo com Moraes (2007), as práticas, nas quais muitos trabalhadores inserem-se, fazem modificar diversos espaços existentes no

interior do urbano. Criam-se, a partir delas, relações de conflito, de interação, de solidariedade, de desafios. A presença desses trabalhadores redimensiona espaços inertes em complexos de venda de produtos e de prestação de serviços. As atitudes empreendidas por tais sujeitos possuem, indubitavelmente, um caráter mercadológico, enquadrando-se em relações capitalistas contemporâneas, porém apresentam e constituem dinâmicas históricas que não se explicam simplesmente pela livre iniciativa, pelo desejo de autonomia econômica, nem tampouco, pelos signos da malandragem e do ‘jeitinho brasileiro’.

O processo de reestruturação produtiva ocorrida no mundo trabalho, tratada no capítulo 1, contribui para compreender a organização do trabalho nas feiras, uma vez que, grande parte dos trabalhadores feirantes vieram de empregos formais, alguns deles extintos no processo de reestruturação das empresas. Nas feiras encontram-se vários tipos de ocupações, dentre elas, a subcontratação de trabalhadores de modo informal, os trabalhadores por conta própria, os ambulantes, etc. Ao tratar dessa questão Sato (2007) se reportando a Santos (1979/2004) fala sobre o processo de urbanização dos países subdesenvolvidos e situa os diversos tipos de atividade econômica e ocupacional, dentre elas, os da feira livre. Na concepção de Santos esse processo caracteriza-se pela divisão do espaço urbano em dois circuitos econômicos.

O “circuito superior” engloba as atividades econômicas ditas “modernas”, voltadas para a acumulação de capital, como os grandes conglomerados orientados pela economia global; incorpora tecnologia de ponta; emprega trabalhadores com nível de escolarização/qualificação mais elevado; a atividade de comércio se volta para o setor das classes média e alta. Por sua vez, o “circuito inferior” orienta sua atividade para a população e economia locais; é trabalho-intensivo com tecnologia pouco sofisticada; os vínculos de trabalho são precários em termos de proteção social e, diferentemente do “circuito superior”, emprega volume significativo de trabalhadores por unidade produtiva; a atividade comercial dirige-se, prioritariamente, para as camadas médias e populares e visa, prioritariamente, garantir a sobrevivência. Ou seja, o espaço urbano é permeado pelo trânsito entre ambos.

Harvey (2007) também analisa a nova configuração do mundo do trabalho tradicional e propõe um diagrama da distribuição da mão-de-obra que contribui para a compreensão da posição que os feirantes ocupam no mercado de trabalho:

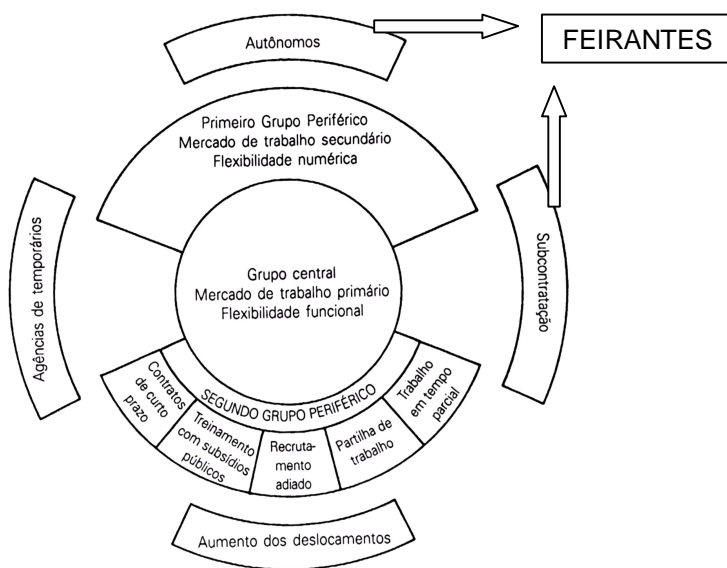


Figura 1 - Diagrama de distribuição da mão-de-obra
 Fonte: Harvey, 2007, p. 143. (adaptação)

A figura 1 apresenta um esquema da nova configuração do trabalho proposta por Harvey (2007) na qual se evidencia que no grupo central estão os empregados em tempo integral (cada vez mais escassos), e que gozam de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem, maior número de benefícios, possibilidade de fazer carreira, pois detêm conhecimentos e a competências necessárias para a organização. A periferia abrange dois subgrupos distintos: O primeiro grupo consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente encontradas no mercado”, como secretárias, pessoal administrativo, serviços rotineiros, etc. (HARVEY, 2007, p. 144). Segundo o autor, nesse grupo os trabalhadores têm menos acesso a oportunidades de carreira, e se caracteriza por uma maior rotatividade. O segundo grupo periférico “oferece uma flexibilidade numérica ainda menor e incluem empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contratos por tempo determinado, temporários, subcontratação, etc.” Tais trabalhadores, em relação ao grupo anterior, são ainda mais instáveis, e estão mais expostos às condições precárias do trabalho (HARVEY, 2007).

Ainda na análise desse autor, há uma tendência no mercado de trabalho em reduzir, cada vez mais, o número de trabalhadores “centrais” e empregar uma